ABED
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

www.abed.org.br

2024

CENSO EAD.BR

Relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil

inter saberes

Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed)
Rua Vergueiro, 875 – cj. 123 a 124
CEP 01504-001 . São Paulo . SP
Fone: (11) 3275-3561
www.abed.org.br
abed@abed.org.br

Editora InterSaberes
Rua Clara Vendramin, 58 . Mossunguê
CEP 81200-170 . Curitiba . PR . Brasil
Fone: (41) 2016-4170
www.intersaberes.com
editora@intersaberes.com

Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed)

Presidente
João Mattar

Vice-presidente
Carlos Roberto Juliano Longo

Diretores
Alex Sandro Gomes; Cássio Cabral Santos; George Bento Catunda; Jair dos Santos Junior; Jeferson Ferreira Fagundes; Luiz Claudio Medeiros Biagiotti; Patrícia Rodrigues da Silva; Rafael de Alencar Lacerda; Rita de Cassia Borges de Magalhaes Amaral; Vani Moreira Kenski

Censo EAD.BR 2024

Coordenação geral
João Mattar (presidente)

Editora InterSaberes

Conselho editorial
Dr. Alexandre Coutinho Pagliarini
Drª Elena Godoy
Dr. Neri dos Santos
Mª Maria Lúcia Prado Sabatella

Editora-chefe
Lindsay Azambuja

Assistente editorial
Daniela Viroli Pereira Pinto

Edição de texto
Monique Francis Fagundes Gonçalves

Capa e projeto gráfico
Sílvio Gabriel Spannenberg

Diagramação
Kátia Priscila Irokawa

Imagem das aberturas
incrediblephoto/Shutterstock

Equipe de *design*
Charles L. da Silva
Sílvio Gabriel Spannenberg

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Censo ead.br [livro eletrônico] : relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2024 = Censo ead.br : analytic report of distance learning in Brazil 2024 = Censo ead.br : informe analítico sobre la enseñanza a distancia en Brasil 2024 / organização ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância ; tradução Camila Rosa e Guilherme Conde Moura Pereira. -- Curitiba, PR : Intersaberes, 2025.
2 Mb ; PDF

Edição trilíngue: português/inglês/espanhol.
ISBN 978-85-227-1747-7

1. Censo educacional 2. Educação a distância - Brasil 3. Internet (Rede de computador) na educação 4. Realidade virtual na educação I. ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância. II. Título: Censo ead.br : analytic report of distance learning in Brazil 2024. III. Título: Censo ead.br : informe analítico sobre la enseñanza a distancia en Brasil 2024.

25-280145.3 CDD-378.00281

Índices para catálogo sistemático:
1. Internet e universidade : Educação superior 378.00281
2. Universidade e Internet : Educação superior 378.00281

Eliete Marques da Silva – Bibliotecária – CRB-8/9380

1ª edição, 2025.
Foi feito o depósito legal.

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. Os termos podem ser encontrados em https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR.

Sumário

Lista de gráficos 5
Lista de tabelas 7
Apresentação 9

Parte 1
Educação a distância no Brasil: análise com base no Censo e no Enade 2023 13

Resumo 15
Introdução 15
Metodologia 16
Resultados 16
Enade 20
Discussão 21
Conclusão 22
Referências 23
Sobre os autores 24

Parte 2
Educação a distância em transformação: o que dizem os dados sobre engajamento e os impactos do novo marco regulatório 27

Principais reflexões 29
Engajamento e desempenho 32
Sobre a autora 34

Parte 3
Cenário para o EAD após o novo marco regulatório 35

A dinâmica do mercado de EAD até 2025 37
Acesso, interiorização da oferta e cobertura de municípios do ensino superior 41
Distribuição de renda *versus* tamanho: quantos alunos são atingidos? 41
Dimensionamento do impacto em matrículas a números de 2025 43
Dimensionamento do impacto do efeito preço 44
Cenário projetado 45
O que podemos inferir a partir desses resultados (por agente do setor) 46
Aprofundamento e próximos pontos de análise 46
Considerações finais 47
Sobre a NumbersTalk 48
Sobre os autores 48

Parte 4
Internacionalização da EAD: breve análise sobre o processo de internacionalização da graduação EAD por IES brasileiras 51

Oferta *versus* demanda 54
Conclusões: oportunidades de melhoria e pontos de atenção 55
Anexos - Dados tabulados 56
MercadoEdu – Inteligência de dados para decisões estratégicas no mercado educacional 60
Sobre o autor 60

Parte 5
Grupo Crátilo: liderança estratégica e inovação na gestão de instituições de ensino 61

Pilares de excelência do Grupo Crátilo 63
Estrutura corporativa e proposta de valor integrada 64
A metodologia *data-driven* do Grupo Crátilo: transformando dados em ação 64
Produtos e capacidades de pesquisa 65
Análises e impactos da EAD: um vetor de transformação 66
Inteligência de mercado e estratégias de captação na EAD 67
Análise de dados e contribuições estratégicas 67
Considerações finais 68
Sobre o autor 68

Parte 6
Cetic.br e NIC.br: 20 anos de produção de estudos e indicadores sobre a disseminação de tecnologias digitais nos diversos setores da sociedade 69

Acesso e participação em cursos a distância pela população brasileira 72
A modalidade EAD na formação continuada de professores de educação básica 75
Sobre a autora 77

Lista de gráficos

Parte 1 Educação a distância no Brasil: análise com base no Censo e no Enade 2023

Gráfico 1 – Número de ingressantes em cursos de graduação, por modalidade de ensino (2013-2023)
Gráfico 2 – Número de matrículas em cursos de graduação a distância, por categoria administrativa (2023)
Gráfico 3 – Número de matrículas em cursos de graduação tecnológicos, por modalidade de ensino (2013-2023)

Parte 2 Educação a distância em transformação: o que dizem os dados sobre engajamento e os impactos do novo marco regulatório

Gráfico 4 – Modelos de oferta na EAD: predominância de formatos majoritariamente assíncronos nas IES
Gráfico 5 – Atuação dos tutores na EAD: ênfase no apoio e interação com estudantes
Gráfico 6 – Instrumentos avaliativos utilizados na EAD: predominância de avaliações *on-line* e desafios frente às novas exigências regulatórias
Gráfico 7 – Monitoramento na EAD: acesso ao AVA é prioridade, mas engajamento ainda é pouco acompanhado
Gráfico 8 – Acompanhamento de estudantes em cursos de EAD e desempenho
Gráfico 9 – Integração entre atores na EAD: percepções institucionais sobre a frequência de interações

Parte 3 Cenário para o EAD após o novo marco regulatório

Gráfico 10 – Crescimento do ensino superior na educação
Gráfico 11 – Crescimento do ensino superior na saúde
Gráfico 12 – Evolução dos cursos de Pedagogia
Gráfico 13 – Evolução dos cursos de Enfermagem
Gráfico 14 – Evolução da distribuição de renda no curso de Enfermagem, na modalidade EAD
Gráfico 15 – Evolução da distribuição de renda no curso de Enfermagem, na modalidade EAD
Gráfico 16 – Evolução da distribuição de renda no curso de Pedagogia, na modalidade presencial
Gráfico 17 – Evolução da distribuição de renda no curso de Enfermagem, na modalidade presencial
Gráfico 18 – Interiorização do ensino superior no Brasil se deu por meio da modalidade EAD
Gráfico 19 – Distribuição de renda dos estudantes nos cursos da modalidade EAD atual – Cruzamento do percentual das matrículas de estudantes com renda de até três salários mínimos e tamanho do mercado. Pedagogia, Enfermagem e Serviço Social são os cursos com mais alunos em condições de vulnerabilidade
Gráfico 20 – Distribuição de renda dos estudantes nos cursos da modalidade presencial atual – No extremo oposto, com baixo número de alunos no estrato de renda abaixo de três salários mínimos estão os cursos de Medicina, Relações Internacionais e Economia

Parte 4 Internacionalização da EAD: breve análise sobre o processo de internacionalização da graduação EAD por IES brasileiras

Gráfico 21 – Total de alunos matriculados na EAD no exterior
Gráfico 22 – Evolução do número de matriculados por país
Gráfico 23 – Número de polos por país
Gráfico 24 – Número de IES por país
Gráfico 25 – Cidades com ofertas por país

Parte 6 Cetic.br e NIC.br: 20 anos de produção de estudos e indicadores sobre a disseminação de tecnologias digitais nos diversos setores da sociedade

Gráfico 26 – Usuários de internet que realizaram cursos na modalidade a distância nos 12 meses anteriores à pesquisa
Gráfico 27 – Usuários de internet – Total da população (%)
Gráfico 28 – Professores, por realização de formação continuada na modalidade a distância nos 12 meses anteriores à realização da pesquisa

Lista de tabelas

Parte 1 Educação a distância no Brasil: análise com base no Censo e no Enade 2023

Tabela 1 – Ingressantes por modalidade e categoria administrativa em cursos de graduação (2023)
Tabela 2 – Ingressantes em Enfermagem por modalidade e categoria administrativa
Tabela 3 – Número de cursos por grau acadêmico (2023)
Tabela 4 – Ingressantes em Licenciatura por modalidade e categoria administrativa
Tabela 5 – Ingressantes em cursos tecnológicos por modalidade e categoria administrativa
Tabela 6 – Comparação do Conceito Enade (contínuo) entre cursos presenciais e a distância

Parte 3 Cenário para o EAD após o novo marco regulatório

Tabela 7 – Cursos exclusivamente presenciais
Tabela 8 – Cursos EAD
Tabela 9 – Cursos semipresenciais

Parte 4 Internacionalização da EAD: breve análise sobre o processo de internacionalização da graduação EAD por IES brasileiras

Tabela 10 – Distribuição de alunos e polos por região/continente
Tabela 11 – Matriculados por país
Tabela 12 – Polos por país
Tabela 13 – IES
Tabela 14 – Cidades

A EAD ABRE PORTAS PARA O FUTURO

Apoie a educação,
seja um **ASSOCIADO**

ABED
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

abed.org.br (11) 3275-3561 abed@abed.org.br

Apresentação

O Censo EAD.BR tem sido, há anos, uma referência fundamental para estudantes, docentes, pesquisadores, gestores educacionais, formuladores de políticas públicas e jornalistas interessados em compreender a evolução da educação a distância (EAD) no Brasil. Seu impacto ultrapassa os limites da comunidade acadêmica, sendo amplamente consultado por diversos setores da sociedade como fonte confiável de dados sobre a modalidade.

A Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed) agradece e parabeniza a professora doutora Betina von Staa pela coordenação do projeto nos últimos anos, conduzido com rigor técnico e compromisso institucional. Seu trabalho foi decisivo para a consolidação do Censo EAD.BR como um instrumento fundamental para o setor.

Ao iniciar a nova gestão da Abed, identificamos a necessidade de avançar na produção e na análise de dados sobre a EAD no país, com ênfase nos aspectos quantitativos. Essa demanda tornou-se ainda mais evidente diante do crescente interesse da imprensa por informações estatísticas, especialmente durante o processo de revisão do marco regulatório da EAD, conduzido pelo Ministério da Educação (MEC). Foi nesse contexto que a Abed criou o projeto EAD em Dados, com o objetivo de aprofundar a coleta, o tratamento e a análise de dados sobre o setor.

Essa iniciativa levou, por sua vez, à reconcepção do próprio Censo EAD.BR. Concluímos que faria mais sentido colaborar com os órgãos censitários oficiais, contribuindo com o conhecimento acumulado da Abed sobre EAD, do que aplicar questionários a um número reduzido de instituições de ensino superior (IES).

Nesse processo de revisão, a Abed se aproximou do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), apresentando sugestões para o aprimoramento da coleta de dados sobre a EAD no Censo da Educação Superior. Paralelamente, mapeamos outras organizações que também vêm atuando de forma consistente na produção de estudos e indicadores sobre a EAD no Brasil, ainda que nem sempre com foco específico na modalidade. Convidamos essas entidades a contribuir com esta edição do Censo EAD.BR por meio da redação de seções próprias, em que apresentam suas metodologias e principais resultados.

Dessa forma, esta edição não apresenta uma pesquisa inédita conduzida pela Abed, como nas edições anteriores — embora essa possibilidade permaneça aberta para os próximos anos. Em vez disso, o Censo EAD.BR 2024 se organiza como uma coletânea qualificada de análises e de dados produzidos por diferentes atores do ecossistema educacional brasileiro. Complementarmente, a própria Abed assina um artigo com análises baseadas em dados do Inep, conferindo à publicação um caráter ainda mais censitário e abrangente. A Abed se reposiciona, assim, como produtora de análises críticas a partir de dados públicos sobre EAD — papel que se justifica pela ausência de interpretações estruturadas especificamente desses dados, tanto por parte dos órgãos públicos quanto das organizações especializadas já envolvidas na produção de indicadores.

O artigo assinado pela Abed apresenta uma análise aprofundada dos dados do Censo da Educação Superior e do Enade 2023, com foco no crescimento das matrículas, nos desafios regulatórios, na avaliação institucional e no desempenho de cursos e instituições de EAD. A leitura crítica dos dados busca subsidiar um debate qualificado sobre políticas públicas, qualidade e inclusão na modalidade.

A equipe do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp) apresenta os resultados de uma pesquisa sobre o engajamento dos estudantes da EAD, com destaque para os possíveis impactos das novas exigências do marco regulatório. O estudo oferece contribuições relevantes para a compreensão de como variáveis institucionais e pedagógicas influenciam a permanência e a motivação dos alunos.

Já a NumbersTalk apresenta uma análise preditiva sobre os impactos do novo marco regulatório da EAD. O estudo examina dados do Censo da Educação Superior e do Enade para avaliar os efeitos da exclusão de cursos como Enfermagem e Licenciatura da modalidade exclusivamente a distância, com destaque para potenciais perdas de matrículas, elevação de mensalidades e agravamento de desigualdades regionais e sociais. Com atenção especial à interiorização do ensino superior e ao perfil sociodemográfico dos

estudantes, o artigo projeta cenários operacionais e regulatórios de interesse para instituições, polos e redes públicas.

A MercadoEdu contribui com uma análise sobre a internacionalização da EAD brasileira, em um artigo que destaca dados e tendências que revelam oportunidades de expansão global da modalidade, com base em evidências quantitativas sobre mobilidade estudantil, acordos internacionais e presença digital.

Ainda, o Grupo Crátilo contribui com um artigo que apresenta sua metodologia de trabalho voltada ao uso de informações e de indicadores na gestão estratégica de instituições educacionais. São descritos exemplos de produtos analíticos desenvolvidos pela equipe, além de apresentadas reflexões sobre como a inteligência institucional pode qualificar a tomada de decisões em contextos desafiadores — inclusive na EAD.

Por fim, o Cetic.br | NIC.br apresenta uma síntese dos dados nacionais mais recentes sobre a participação da população brasileira em cursos a distância, com base nas pesquisas TIC Domicílios e TIC Educação. A análise permite compreender quem acessa a EAD no país, em que condições e com quais níveis de conectividade, oferecendo uma perspectiva fundamental sobre inclusão digital.

Esperamos que esta edição do Censo EAD.BR 2024 contribua para o fortalecimento de uma cultura de dados sobre a EAD no Brasil e sirva de base para a formulação mais qualificada de políticas, práticas e investimentos em educação digital.

João Mattar
Presidente Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed)

VG educacional

vgeducacional.com

A SOLUÇÃO MAIS COMPLETA E ROBUSTA DO MERCADO PARA O SEU

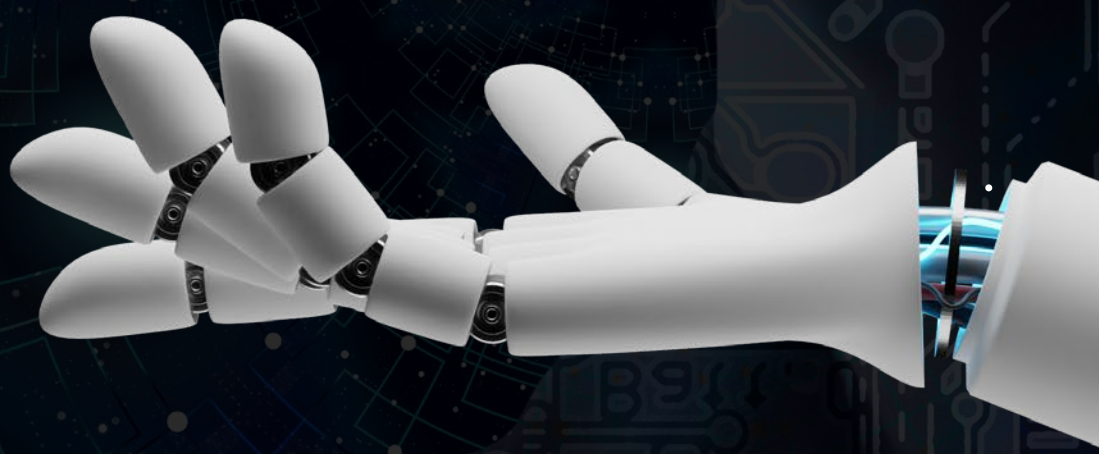
CONTEÚDO EDUCACIONAL

PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS EXCLUSIVOS

CATÁLOGO PRONTO PARA ALUGUEL OU AQUISIÇÃO

CONSULTORIA EDUCACIONAL 360°

SOLUÇÕES COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

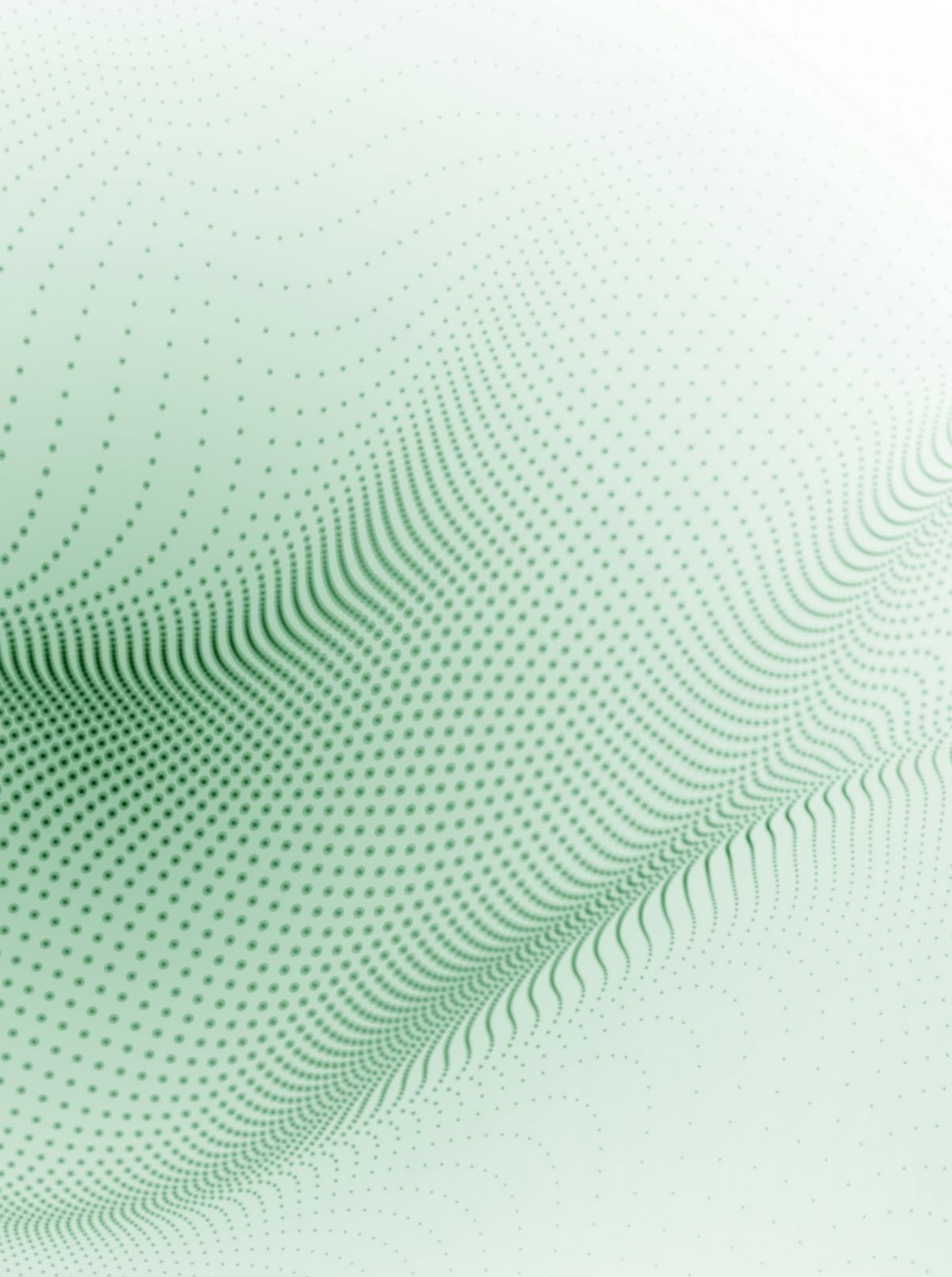


Aponte seu celular e entre em contato agora!

Parte 1

Educação a distância no Brasil: análise com base no Censo e no Enade 2023

João Mattar
Leonardo da Silva Neves
Constantino Dias da Cruz Neto
Daniela Karine Ramos



Resumo

Este estudo analisa a educação a distância (EAD) na graduação no Brasil com base nos dados do Censo da Educação Superior e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) de 2023, buscando compreender os padrões estruturais, os resultados acadêmicos e os desafios regulatórios da modalidade. A análise parte do reconhecimento de que, embora a EAD tenha se tornado a principal via de acesso ao ensino superior — respondendo por dois terços dos ingressantes em 2023 —, os dados oficiais ainda são pouco explorados de forma crítica, integrada e contextualizada. A pesquisa utiliza estatística descritiva e testes não paramétricos para comparar os desempenhos médios entre as modalidades presencial e a distância. Os resultados apontam que, embora as médias da EAD sejam inferiores às da educação presencial, as diferenças são moderadas e variam conforme a área do curso, o tipo de instituição e o segmento institucional. A discussão aborda implicações relacionadas a inclusão, qualidade, avaliação e regulação da modalidade. Destacam-se a importância de políticas para expansão da oferta pública, aprimoramento dos instrumentos avaliativos e adoção de indicadores mais adequados às especificidades da EAD. A pesquisa conclui que essa modalidade de educação, embora marcada por desafios, apresenta potencial inclusivo e desempenho consistente em diversos contextos. Para seu desenvolvimento, é necessário adotar uma abordagem mais complexa, baseada em evidências, de modo a orientar políticas e práticas institucionais.

Palavras-chave: avaliação; Censo da Educação Superior; ensino superior; Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes; inclusão; qualidade.

Introdução

A educação a distância (EAD) consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos principais vetores de mudança do ensino superior brasileiro. Com crescimento acelerado, capilaridade territorial e predominância entre os ingressantes, a modalidade tornou-se central tanto nas políticas públicas quanto nos debates educacionais. Essa trajetória, entretanto, tem sido acompanhada por tensões e controvérsias, especialmente no que se refere à qualidade dos cursos, à regulação, à concentração institucional da oferta, ao perfil dos corpos docente e discente e aos resultados acadêmicos.

Este estudo parte do seguinte problema: o que revelam os dados oficiais mais recentes sobre a EAD no Brasil — especialmente os produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) — quanto a suas características estruturais, tendências, contradições e desafios? A hipótese que orienta a investigação é que, embora frequentemente mobilizados em disputas políticas, midiáticas e institucionais, esses dados ainda são pouco explorados de forma crítica, integrada e contextualizada. Essa lacuna compromete a formulação de diagnósticos precisos sobre a complexidade da EAD no país e reforça narrativas simplificadoras, muitas vezes baseadas em recortes parciais dos indicadores disponíveis.

O objetivo geral deste estudo é analisar os dados mais recentes sobre a EAD no Brasil, com base no Censo da Educação Superior e no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), a fim de compreender seus padrões estruturais, seus resultados acadêmicos e seus desafios regulatórios, subsidiando políticas de qualificação e inclusão na modalidade.

Os objetivos específicos são:

a) examinar as tendências de crescimento, de concentração institucional e de distribuição territorial da EAD, a partir dos dados do Censo da Educação Superior;
b) analisar os resultados da modalidade no Enade, considerando diferenças por categoria administrativa e grau acadêmico;
c) discutir os dados com base em critérios como qualidade e inclusão.

Diante desse contexto, justifica-se uma análise baseada em evidências, capaz de oferecer diagnósticos mais precisos sobre o cenário atual da EAD no Brasil. A necessidade de uma leitura crítica e aprofundada torna-se ainda mais premente diante da recente revisão do marco regulatório da modalidade

pelo Ministério da Educação (MEC). Em um ambiente de expansão acelerada e crescente protagonismo da EAD no acesso ao ensino superior, é fundamental examinar criticamente os fatores que condicionam seu desenvolvimento e seus resultados. Frente a discursos polarizados — que ora deslegitimam a EAD de forma generalizada, ora a promovem sem considerar suas contradições —, uma leitura técnica e contextualizada dos dados oficiais é indispensável para subsidiar políticas públicas, orientar decisões institucionais e fortalecer práticas educacionais que conciliem qualidade e inclusão.

Este estudo está estruturado em cinco seções. Após esta introdução, a seção 2 descreve os procedimentos metodológicos adotados na organização, no tratamento e na análise dos dados do Censo da Educação Superior e do Enade 2023. A seção 3 apresenta os resultados, com destaque para o crescimento da EAD, os padrões de oferta por área e tipo de instituição e o desempenho nos principais indicadores de qualidade. Já a seção 4 discute criticamente os achados em função de temas como regulação, avaliação, qualidade e inclusão. Por fim, a seção 5 apresenta as conclusões, com considerações finais, limitações da pesquisa e sugestões para estudos futuros.

Metodologia

A análise desenvolvida neste estudo baseia-se nos dados mais recentes disponíveis sobre o ensino superior brasileiro, com ênfase na modalidade a distância. As principais fontes foram o Censo da Educação Superior e o Enade de 2023, ambos conduzidos pelo Inep.

Os dados do Censo foram obtidos por meio de diferentes ferramentas e bases públicas disponibilizadas pelo Inep, incluindo os Microdados, as Notas Estatísticas, o Painel Estatístico e as Tabelas de Divulgação. A análise do Enade foi realizada com base nas planilhas agregadas por curso e por instituição, também disponibilizadas pelo Inep, abrangendo majoritariamente o Conceito Enade em sua versão contínua (escala de 0 a 5). Cursos sem conceito atribuído foram excluídos da amostra.

As bases foram inicialmente tratadas no Microsoft Excel e posteriormente analisadas estatisticamente no *software* Jamovi. Os procedimentos aplicados incluíram:

a) estatísticas descritivas (número de casos válidos por modalidade, média, mediana, desvio-padrão, erro-padrão da média, valores mínimo e máximo);
b) aplicação do teste de Mann-Whitney U, utilizado para comparar os resultados entre cursos presenciais e a distância, dada a não normalidade das distribuições, confirmada pelo teste de Shapiro-Wilk e da análise de assimetria (*skewness*);
c) cálculo do tamanho do efeito (*d* de Cohen), para mensurar a magnitude das diferenças entre as modalidades;
d) representações gráficas (como *plots* e histogramas), utilizadas para visualização das distribuições e da comparação entre grupos.

As comparações por modalidade seguiram a classificação original informada pelo Inep entre educação presencial e educação a distância.

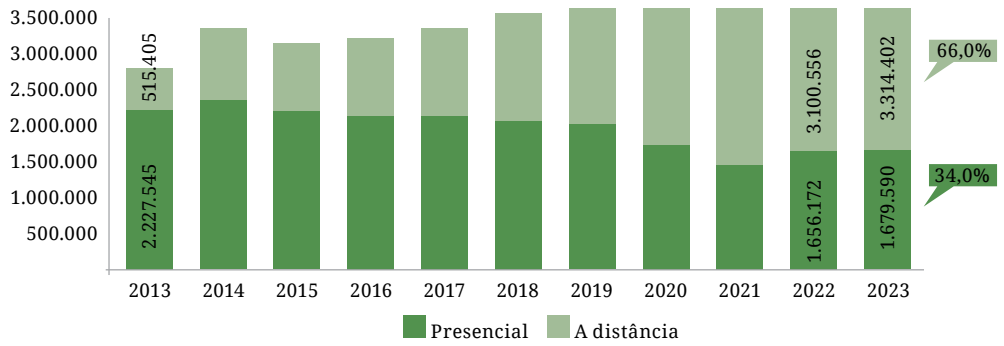
Resultados

A apresentação e análise dos resultados está dividida em duas partes: Censo da Educação Superior e Enade.

Censo da Educação Superior

Em 2023, foram ofertados no Brasil 45.964 cursos de graduação, sendo 35.410 presenciais e 10.554 a distância. Os dados consolidados do Censo da Educação Superior confirmam a continuidade do crescimento expressivo da EAD no país. Nesse mesmo ano, a modalidade concentrou mais de 66% dos ingressantes no ensino superior (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Número de ingressantes em cursos de graduação, por modalidade de ensino (2013-2023)



Fonte: Brasil, 2024, p. 14.

O Gráfico 1 evidencia uma transformação significativa no cenário do ensino superior brasileiro ao longo da última década. Em 2013, a modalidade presencial concentrava a ampla maioria dos ingressantes. A partir de 2018 — e especialmente nos anos de 2020 e 2021 — observa-se uma inflexão importante, com crescimento acelerado e contínuo dos ingressos em cursos a distância.

Em 2023, a EAD contabilizou 3.314.402 ingressantes (66,36%), enquanto a modalidade presencial registrou 1.679.790 (33,63%). Em outras palavras, dois em cada três estudantes que ingressaram no ensino superior no Brasil optaram por cursos a distância.

Ingressantes e matrículas por categoria administrativa

Outro eixo relevante da análise é a composição entre os setores público e privado. Em 2023, o total de ingressantes em cursos de graduação foi de 4.994.192 estudantes. Desse total, 4.424.983 (88,60%) ingressaram em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, enquanto apenas 569.209 (11,40%) o fizeram em instituições públicas. Esse desequilíbrio se acentua quando se considera a variável da modalidade de ensino (Tabela 1).

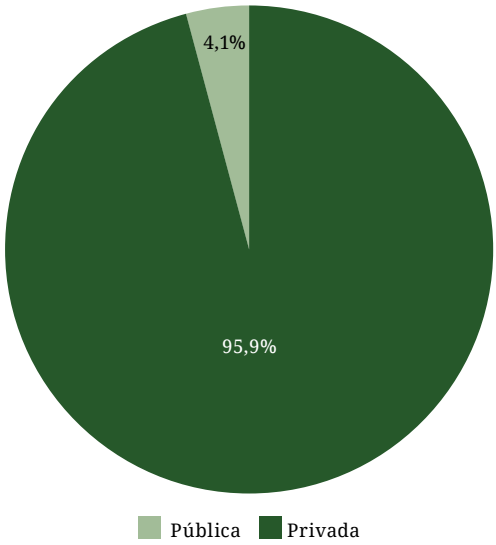
Tabela 1 – Ingressantes por modalidade e categoria administrativa em cursos de graduação (2023)

Ingressantes	IES privadas	IES públicas	Total
Geral	4.424.983	569.209	4.994.192
	88,60%	11,40%	100%
Cursos presenciais	1.198.092	481.698	1.679.790
	71,32%	28,68%	100%
Cursos a distância	3.226.891	87.511	3.314.402
	97,36%	2,64%	100%

Fonte: Elaborado com base em Brasil, 2024.

Os dados reforçam não apenas a centralidade da EAD como principal via de ingresso no ensino superior brasileiro, mas também a hegemonia do setor privado, que concentra quase 98% dos ingressantes em cursos a distância. Essa centralização se repete também no número de matrículas: as IES privadas são responsáveis por cerca de 96% dos estudantes matriculados na modalidade (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Número de matrículas em cursos de graduação a distância, por categoria administrativa (2023)



Fonte: Brasil, 2024, p. 21.

O Gráfico 2 evidencia a forte concentração das matrículas em cursos a distância em instituições privadas, que em 2023 responderam por 95,9% do total na modalidade. Em contraste, as instituições públicas representaram apenas 4,1%, revelando uma significativa assimetria na participação por categoria administrativa.

Ingressantes em cursos de Enfermagem

O curso de Enfermagem esteve no centro de debates durante o processo de revisão do marco regulatório da EAD. Sua oferta na modalidade a distância foi proibida pelo Decreto n. 12.456, de 19 de maio de 2025 (Brasil, 2025), assim como no novo formato de oferta semipresencial, podendo ser ofertada, a partir de 2025, apenas no formato presencial.

Em 2023, foram ofertados no Brasil 1.298 cursos de Enfermagem, sendo 1.264 presenciais e 34 na modalidade a distância.

As IES com cursos de Enfermagem registraram, em 2023, 213.853 ingressantes. Desses, 55,54% ingressaram em cursos a distância (118.776) e 44,46% em cursos presenciais (95.077). A distribuição por modalidade e categoria administrativa das IES apresentou as seguintes características (Tabela 2).

Tabela 2 – Ingressantes em Enfermagem por modalidade e categoria administrativa

Ingressantes em Enfermagem	IES privadas	IES públicas	Total
Geral	205.346	8.507	213.853
	96.02%	3,98%	100%
Cursos presenciais	86.570	8.507	95.077
	91,05%	8,95%	100%
Cursos a distância	118.776	0	118.776
	100%	0%	100%

Fonte: Elaborado com base em Brasil, 2024.

Os dados evidenciam a predominância da iniciativa privada tanto na oferta presencial quanto, especialmente, na EAD. Em 2023, não houve qualquer ingresso em cursos a distância de Enfermagem em IES públicas, em virtude da ausência de oferta nessa modalidade. Além disso, apenas 8.507 ingressantes optaram por cursos presenciais oferecidos por IES públicas.

Ingressantes em cursos de Licenciatura

Em 2023, o Brasil contava com 45.959 cursos de graduação, com predominância dos bacharelados (Tabela 3).

Tabela 3 – Número de cursos por grau acadêmico (2023)

Grau	Cursos	%
Bacharelado	27.371	59,55%
Licenciatura	7.886	17,16%
Tecnológico	10.702	23,29%
Total	45.959	100%

Fonte: Elaborado com base em Brasil, 2024.

As licenciaturas também estiveram no centro de debates relevantes durante o processo de revisão do marco regulatório da EAD. Sua oferta exclusivamente

a distância foi proibida, sendo permitida, a partir de 2025, apenas nos formatos semipresencial e presencial.

Segundo a Tabela 3, em 2023 foram ofertados 7.886 cursos de licenciatura no Brasil, dos quais 5.741 (73%) presenciais e 2.145 (27%) a distância.

Foram registrados 827.285 ingressantes em cursos de licenciatura, com ampla predominância da modalidade EAD (mais de 81%). A distribuição dos ingressantes por modalidade e categoria administrativa está representada na Tabela 4.

Tabela 4 – Ingressantes em Licenciatura por modalidade e categoria administrativa

Ingressantes em Licenciatura	IES privadas	IES públicas	Total
Geral	667.202	160.083	827.285
	80,65%	19,35%	100%
Cursos presenciais	43.614	112.340	155.954
	27,97%	72,03%	100%
Cursos a distância	623.588	47.743	671.331
	92,89%	7,11%	100%

Fonte: Elaborado com base em Brasil, 2024.

Os dados mostram novamente uma forte presença da modalidade EAD na formação inicial de professores no país, com destaque para o setor privado, que concentra a ampla maioria dos ingressantes na EAD (quase 93%).

Ingressantes e matrículas em cursos tecnológicos

Segundo a Tabela 3, em 2023 foram ofertados 10.702 cursos superiores de tecnologia no Brasil, dos quais 5.739 presenciais e 4.963 a distância. Foram registrados 1.473.062 ingressantes em cursos tecnológicos, com ampla predominância da modalidade EAD (mais de 87%), conforme mostra a Tabela 5.

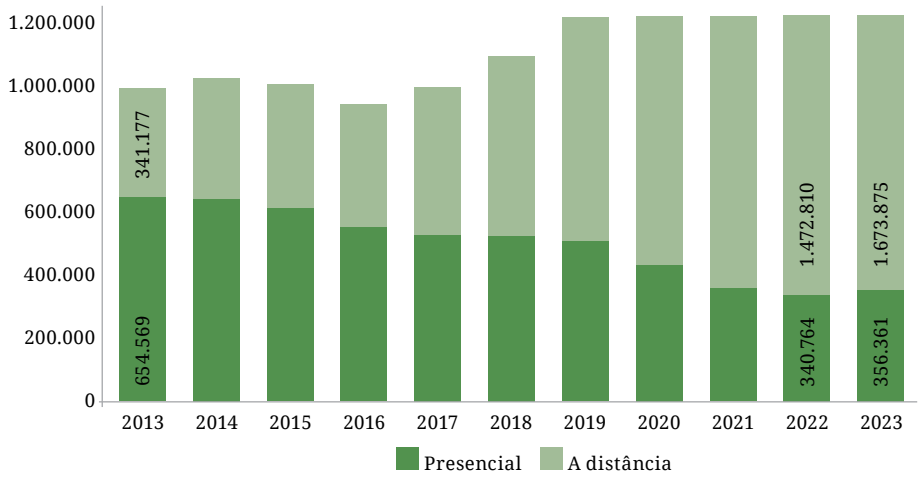
Tabela 5 – Ingressantes em cursos tecnológicos por modalidade e categoria administrativa

Ingressantes em cursos tecnológicos	IES privadas	IES públicas	Total
Geral	1.392.823	80.239	1.473.062
	94,55%	5,45%	100%
Cursos presenciais	125.091	63.025	188.116
	66,50%	33,50%	100%
Cursos a distância	1.267.732	17.214	1.284.946
	98,66%	1,34%	100%

Fonte: Elaborado com base em Brasil, 2024.

Esses números indicam uma clara preferência pela modalidade a distância entre os ingressantes em cursos tecnológicos em IES privadas (mais de 94%), chegando a quase 99% nos cursos a distância. Esse padrão também se repete no caso das matrículas (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Número de matrículas em cursos de graduação tecnológicos, por modalidade de ensino (2013-2023)



Fonte: Brasil, 2024, p. 23.

O Gráfico 3 evidencia uma transformação estrutural no perfil das graduações tecnológicas no Brasil ao longo da última década. Em 2013, a modalidade presencial concentrava quase o dobro das matrículas, e a EAD ainda ocupava posição secundária nesse segmento. A partir de 2018, e especialmente em 2019, observa-se um crescimento acelerado e contínuo das matrículas na EAD. Em 2023, essa mudança se consolidou: a EAD passou a responder pela ampla maioria das matrículas em cursos tecnológicos, com mais de 1,67 milhão de estudantes, frente a apenas 356 mil no formato presencial.

Enade

A aplicação de testes estatísticos aos resultados do Conceito Enade contínuo, por meio do *software* Jamovi, gerou os dados apresentados na Tabela 6.

Tabela 6 – Comparação do Conceito Enade (contínuo) entre cursos presenciais e a distância

Modalidade	N	Média	Desvio-padrão (DP)	Erro -padrão (SE)	p (Mann-Whitney U)	d (Cohen)
Presencial	8.757	2,39	0,931	0,00994	< 0,001	0,50
EAD	623	1,93	0,761	0,0305		

Fonte: Elaborado com base em Enade, 2023, e análises realizadas no Jamovi.

A média dos cursos presenciais (2,39) é superior à dos cursos a distância (1,93). Os desvios-padrão também são maiores no presencial (0,931) em comparação com a EAD (0,761), indicando maior variabilidade nos resultados dos cursos presenciais — ou seja, há tanto cursos com desempenho muito elevado quanto com desempenho mais baixo. Na modalidade a distância, os resultados tendem a se concentrar mais próximos à média.

O erro-padrão (SE) é mais elevado na EAD (0,0305) do que no presencial (0,00994), o que é esperado diante do menor tamanho amostral da EAD (623 cursos, em contraste com 8.757 cursos presenciais). Esse valor reflete menor precisão na estimativa da média da EAD.

O teste de Mann-Whitney U indicou diferença estatisticamente significativa entre as modalidades ($p < 0,001$). O valor de *d* de Cohen (0,50) representa um tamanho de efeito moderado, o que significa que a diferença entre as médias das duas modalidades, além de estatisticamente significativa, é também relevante do ponto de vista prático.

Quando a análise é restrita às instituições privadas com fins lucrativos (N = 4.304 presencial, N = 447 a distância), observa-se uma aproximação ainda maior entre os desempenhos médios do conceito Enade contínuo presencial (2,03) e a distância (1,88), com uma diferença de apenas 0,15 ponto. Além disso, os desvios-padrão também são semelhantes (0,747 no presencial e 0,700 na EAD), indicando que a variação interna dos cursos é comparável entre as modalidades. O teste de Mann-Whitney U indicou que essa diferença é estatisticamente significativa ($p < 0,001$), mas o valor do *d* de Cohen (0,205) revela um tamanho de efeito pequeno. Esses dados sugerem que, dentro desse segmento institucional, a diferença entre os desempenhos médios das duas modalidades é menos acentuada, tanto em termos estatísticos quanto práticos.

Nos cursos superiores de tecnologia (N = 408 presenciais, N = 225 a distância), a diferença entre os desempenhos médios das modalidades também se mostra relevante. A média dos cursos presenciais (2,59) supera a dos cursos a distância (2,25), com uma diferença de 0,34 ponto. Os desvios-padrão são relativamente próximos – 0,954 no presencial e 0,827 na EAD – o que indica uma variação interna semelhante entre os cursos de ambas as modalidades.

O tamanho do efeito (*d* de Cohen = 0,368) representa uma diferença de pequena a moderada magnitude, sugerindo que, mesmo nesse segmento mais técnico e orientado à empregabilidade, os cursos presenciais

apresentam, em média, desempenho superior ao da modalidade a distância.

Discussão

A análise articulada dos dados do Censo da Educação Superior 2023 (Brasil, 2024) e dos indicadores do Enade oferece uma visão abrangente da educação a distância no Brasil. A integração entre diferentes fontes — como microdados, indicadores agregados e painéis estatísticos — permite mapear tendências estruturais da modalidade sem recorrer a leituras simplificadoras. Ao longo deste estudo, foi possível identificar evidências empíricas que expressam a complexidade da EAD no país, com variações significativas conforme o tipo de curso, o segmento institucional e o indicador analisado. A partir desses achados, a discussão a seguir examina implicações relacionadas a qualidade, inclusão, regulação e sustentabilidade da modalidade.

O crescimento da EAD no Brasil tem se concentrado em segmentos estratégicos, como os cursos superiores de Tecnologia. Esses cursos, de menor duração e voltados para competências específicas, atraem públicos diversos — como trabalhadores em requalificação, estudantes de regiões remotas e pessoas que conciliam os estudos com outras responsabilidades. Nesse sentido, a EAD tecnológica vem ocupando um papel central na ampliação do acesso à educação superior voltada ao mundo do trabalho. Esse movimento foi liderado pelo setor privado, que expandiu rapidamente sua infraestrutura de polos, plataformas e estratégias de captação. A limitada participação das instituições públicas pode ser atribuída a restrições orçamentárias, entraves legais e maior rigidez institucional. Essa assimetria tem implicações diretas para a equidade: a escassez de opções públicas gratuitas em EAD restringe oportunidades para estudantes de baixa renda ou de regiões interioranas. Ampliar a oferta pública de EAD — por meio de iniciativas como a Universidade Aberta do Brasil (UAB), a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp) e a Universidade Aberta Capixaba (UnAC) — é essencial para garantir que o crescimento da modalidade se dê de forma socialmente justa e territorialmente equilibrada.

Um exemplo ilustrativo dessa limitação é a oferta de cursos de Enfermagem. Em 2023, não havia cursos públicos de Enfermagem na modalidade a distância, e mesmo na modalidade presencial a participação das instituições públicas era muito reduzida. A maioria dos ingressantes nessa área estava matriculada em instituições privadas, o que reforça a dependência da população em relação ao setor privado para acessar essa formação essencial à saúde pública. Esse quadro pode ser explicado por uma combinação de fatores, como a resistência histórica de conselhos profissionais à EAD na Enfermagem, limitações orçamentárias e dificuldades de expansão da oferta pública. No entanto, também evidencia a necessidade de reavaliar as políticas de formação na área da saúde, especialmente diante de demandas sociais, da cobertura do SUS e dos vazios assistenciais em regiões remotas. Sem uma ampliação planejada da oferta pública — seja presencial, seja por meio de modelos híbridos e inovadores de EAD — corre-se o risco de aprofundar desigualdades no acesso à formação em saúde e comprometer o objetivo de universalização do direito à educação superior.

A expansão da EAD também é evidente nos cursos de licenciatura, que registraram, em 2023, mais de 81% dos ingressantes na modalidade a distância. Esse dado tem implicações diretas sobre a formação inicial de professores no Brasil, especialmente nas redes públicas de educação básica. A capilaridade da EAD tem permitido que estudantes de regiões remotas ou com dificuldades de deslocamento acessem cursos superiores, o que potencializa sua função inclusiva. Contudo, o predomínio da EAD na formação docente tem sido alvo de críticas quanto à qualidade, especialmente no que se refere às atividades práticas, ao acompanhamento pedagógico e à articulação com a realidade das escolas. Isso reforça a necessidade de políticas de avaliação mais rigorosas, bem como de estratégias formativas inovadoras que assegurem a efetividade dos cursos ofertados.

Embora a expansão da modalidade tenha ampliado a cobertura geográfica da educação superior, os dados do Censo revelam que a interiorização promovida pela EAD não elimina as desigualdades regionais. A presença territorial da modalidade é significativa, mas marcada por disparidades em infraestrutura,

suporte acadêmico e qualidade pedagógica. Assim, a democratização do acesso precisa ser acompanhada por garantias de permanência e sucesso acadêmico, especialmente nos territórios mais vulneráveis. O potencial inclusivo da EAD é notável, mas sua concretização depende de políticas de apoio estudantil, acessibilidade digital e atenção às condições específicas dos públicos atendidos.

Os dados do Enade 2023 indicam que, na média nacional, os cursos na modalidade EAD apresentaram desempenho inferior aos presenciais. A média dos cursos presenciais foi de 2,39, enquanto a da EAD ficou em 1,93 — uma diferença de 0,46 ponto, considerada estatisticamente significativa e com tamanho de efeito moderado. Apesar disso, os resultados exigem interpretação cuidadosa. A menor dispersão dos conceitos na EAD, por exemplo, pode refletir modelos institucionais mais padronizados, com resultados mais concentrados em torno da média. Além disso, há variações importantes entre tipos de instituição, áreas do conhecimento e segmentos de ensino. Em grandes grupos privados, por exemplo, a diferença entre as modalidades é reduzida: entre as instituições com fins lucrativos, a diferença foi de apenas 0,15 ponto (d = 0,21). Já nos cursos tecnológicos, a diferença de desempenho entre a EAD e o presencial também foi menor do que no conjunto geral.

Esses achados sugerem que a diferença de desempenho entre as modalidades, embora real, não sustenta uma desqualificação generalizada da EAD. A modalidade demonstrou, inclusive, bons resultados em alguns cursos e instituições. No Enade 2023, cursos EAD obtiveram conceito máximo (5) em proporção semelhante à observada entre cursos presenciais. Por outro lado, as maiores discrepâncias de desempenho foram identificadas em áreas como Saúde, em que a exigência de atividades práticas intensivas pode representar um desafio adicional para a EAD. Já em áreas como Humanas, Sociais Aplicadas e parte das engenharias, os resultados da modalidade a distância podem ser mais equilibrados em relação ao presencial.

A leitura crítica dos dados também aponta para limitações nos próprios indicadores utilizados. Muitos deles foram concebidos a partir de parâmetros do ensino presencial e nem sempre captam com precisão dimensões essenciais da EAD, como mediação tecnológica, competências digitais (Bates, 2022), flexibilidade temporal e interações assíncronas. Além disso, faltam dados sistemáticos sobre evasão, empregabilidade e qualidade dos ambientes virtuais de aprendizagem. Avaliar adequadamente a EAD requer, portanto, a ampliação dos instrumentos disponíveis e sua adequação às especificidades da modalidade (Moore; Diehl, 2019; Zawacki-Richter; Jung, 2022).

Nesse contexto, iniciativas como o Referencial Abed de Qualidade para EAD e o Selo Abed de Qualidade (Mattar, 2024) contribuem para o fortalecimento do ecossistema da modalidade no país. Aliadas à Política Nacional de Educação Digital (Brasil, 2023), essas ações oferecem parâmetros técnicos, promovem a autorregulação e estimulam a transparência institucional. Para consolidar uma cultura avaliativa mais justa e eficaz, é necessário adotar uma abordagem sistêmica, baseada em múltiplas evidências, que considere a diversidade de modelos, perfis e contextos da EAD no Brasil.

Conclusão

Este estudo analisou dados recentes sobre a EAD no Brasil, com base nos dados do Censo da Educação Superior 2023 e nos resultados do Enade 2023, buscando interpretar as tendências de expansão, os padrões de desempenho e as desigualdades estruturais da modalidade. Os resultados indicam que a EAD se consolidou como principal via de ingresso no ensino superior brasileiro, respondendo por dois terços dos ingressos em 2023. Esse crescimento, majoritariamente impulsionado pelo setor privado, tem ampliado o acesso ao ensino superior e favorecido a interiorização da oferta, especialmente por meio de cursos tecnológicos e de curta duração. Ao mesmo tempo, os dados revelam um panorama mais diverso e complexo do que o frequentemente retratado em

discursos generalistas, exigindo análises mais qualificadas sobre qualidade, equidade e regulação da modalidade.

A análise dos dados do Enade revelou que, embora as médias da EAD estejam abaixo das do presencial em termos agregados, essa diferença é moderada e varia de forma significativa conforme a área do curso, o perfil institucional e o grupo educacional. Em diversos contextos, inclusive entre grandes conglomerados privados, a EAD apresentou desempenho equivalente ou superior ao do presencial. Além disso, a distribuição dos conceitos nas avaliações analisadas é similar entre as duas modalidades, com presença de cursos EAD em todos os níveis de desempenho, inclusive nos extremos superior e inferior. Esses achados desafiam interpretações simplistas e generalizações apressadas que associam a EAD, de forma homogênea, a padrões inferiores de qualidade.

Este estudo contribui para o debate sobre a educação a distância no Brasil ao propor uma leitura crítica e contextualizada dos dados educacionais, contrapondo interpretações fragmentadas que buscam deslegitimar a modalidade com base em indicadores isolados. Ao evidenciar a diversidade de cenários, desempenhos e arranjos institucionais dentro da EAD, o estudo reforça a importância de análises baseadas em evidências. Além disso, oferece subsídios para a formulação de políticas públicas e estratégias institucionais ao explicitar os principais desafios da modalidade — entre eles, a necessidade de aprimoramento regulatório, financiamento adequado, fortalecimento da infraestrutura digital, valorização da formação docente e articulação com o setor produtivo. Ao fazer isso, a pesquisa contribui não apenas para o diagnóstico da realidade atual, mas também para o delineamento de caminhos possíveis para o desenvolvimento da EAD com qualidade, equidade e relevância social.

Entre as limitações deste estudo, a utilização de médias e indicadores padronizados, embora útil para comparações gerais, impede a análise mais aprofundada de fatores contextuais, como diferenças regionais, perfis socioeconômicos dos estudantes e estratégias formativas adotadas pelas instituições individualmente. Além disso, o número ainda limitado de cursos EAD avaliados com conceito válido no Enade 2023 reduz a representatividade estatística de algumas análises comparativas, sobretudo em áreas específicas do conhecimento. Essas limitações reforçam a necessidade de pesquisas complementares, com abordagens qualitativas e multivariadas, que aprofundem o entendimento sobre os determinantes da qualidade na EAD.

Como desdobramento deste estudo, sugere-se o aprofundamento das análises com base em microdados do Enade, do Censo da Educação Superior e de outros instrumentos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), incorporando variáveis como faixa etária, renda, raça/cor, tipo de escola de origem, perfil dos docentes e estudantes, estratégias pedagógicas e tecnologias utilizadas. O uso de dados desagregados pode permitir o mapeamento mais preciso de desigualdades educacionais e a testagem de hipóteses sobre os determinantes da qualidade na EAD. Uma hipótese relevante a ser explorada é a de que os resultados da modalidade estão fortemente associados ao perfil dos estudantes e às condições institucionais, e não à EAD em si.

Além disso, estudos qualitativos sobre a experiência de estudantes, professores e tutores podem oferecer uma compreensão mais densa dos processos formativos em ambientes virtuais. Avaliações de impacto de políticas públicas recentes — como o novo marco regulatório da EAD — também constituem uma agenda estratégica para identificar avanços, limites e oportunidades de aprimoramento da modalidade no contexto brasileiro.

Referências

BATES, A. W. T. **Teaching in a digital age**: guidelines for designing teaching and learning. 3rd ed. Vancouver, B.C.: Tony Bates Associates, 2022.

BRASIL. Decreto n. 12.456, de 20 de maio de 2025. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 20 maio 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.456-de-20-de-maio-de-2025-556677890>. Acesso em: 4 jul. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. **Censo da Educação Superior 2023**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2024.

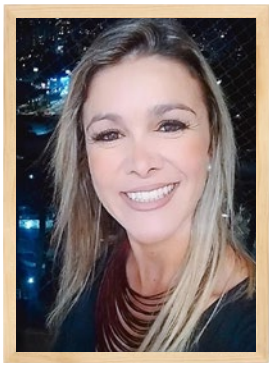
BRASIL. Lei n. 14.533, de 11 de janeiro de 2023. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 12 jan. 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14533.htm>. Acesso em: 5 jul. 2025.
MATTAR, J. (Org.). **Qualidade em educação a distância**: referenciais internacionais e regulação. São Paulo: Artesanato Educacional, 2024.
MOORE, M. G.; DIEHL, W. C. (Ed.). **Handbook of distance education**. 4th ed. New York: Routledge, 2019.
ZAWACKI-RICHTER, O.; JUNG, I. (Ed.). **Handbook of Open, Distance and Digital Education**. New York: Springer, 2022.

Sobre os autores

João Mattar tem mestrado em Educational Technology na Boise State University e pós-doutorado na Stanford University (EUA). É professor na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e professor colaborador no mestrado em Recursos Digitais em Educação no Instituto Politécnico de Santarém (Portugal). É bolsista produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pesquisador do Learning Analytics Lab (LeAL) do Centro Universitário Cesumar (UniCesumar), membro do Conselho Internacional de Assessores da Cátedra Unesco em Educação a Distância (CUED) da Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED) da Espanha. É especialista internacional na Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) de Portugal e presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed).

Leonardo da Silva Neves cursa o 6º semestre de Ciência de Dados na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp). Para este artigo, ele contribuiu com a coleta, organização e validação dos dados. Atualmente, é estagiário de Ciência de Dados na Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed).

Constantino Dias da Cruz Neto é professor de programação de computadores no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) - Campus Cuiabá e atua no ensino e na pesquisa de tecnologias digitais para a educação desde 2006. É doutor pelo Programa de Tecnologias da Inteligência e Design Digital pela PUC-SP (2021), mestre em Avaliação pela Faculdade Cesgranrio (2015), especialista em EAD pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2014) e graduado em Computação pela Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT (1997).



Daniela Karine Ramos é pedagoga, psicóloga e doutora em Educação. É professora no Departamento de Metodologia de Ensino e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bolsista produtividade pesquisador 2 CNPq e líder do Grupo de Pesquisa Edumídia CNPq/UFSC.

ecossistema ănima

AMO

O EAD DA ANHEMBI MORUMBI - EXPERIÊNCIA DE APRENDIZAGEM DIGITAL COM FLEXIBILIDADE, IA, INTERNACIONALIZAÇÃO E CONEXÃO REAL COM GRANDES EMPRESAS.

O ENSINO DO FUTURO COMEÇA COM INOVAÇÃO NO PRESENTE - SUPORTE COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA.RA)

PROJETOS DE EXTENSÃO QUE TRAZEM IMPACTO REAL NA SOCIEDADE.

UC DUAL: TEORIA E PRÁTICA COM DESAFIOS REAIS DE EMPRESAS PARCEIRAS GARANTEM CONHECIMENTO E EMPREGABILIDADE.

VIDA E CARREIRA: AUTOCONHECIMENTO, CIÊNCIA DA FELICIDADE, PLANEJAMENTO PROFISSIONAL E PROPÓSITO.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COM PRESENÇA REAL NOS MAIS DE 500 POLOS NO BRASIL

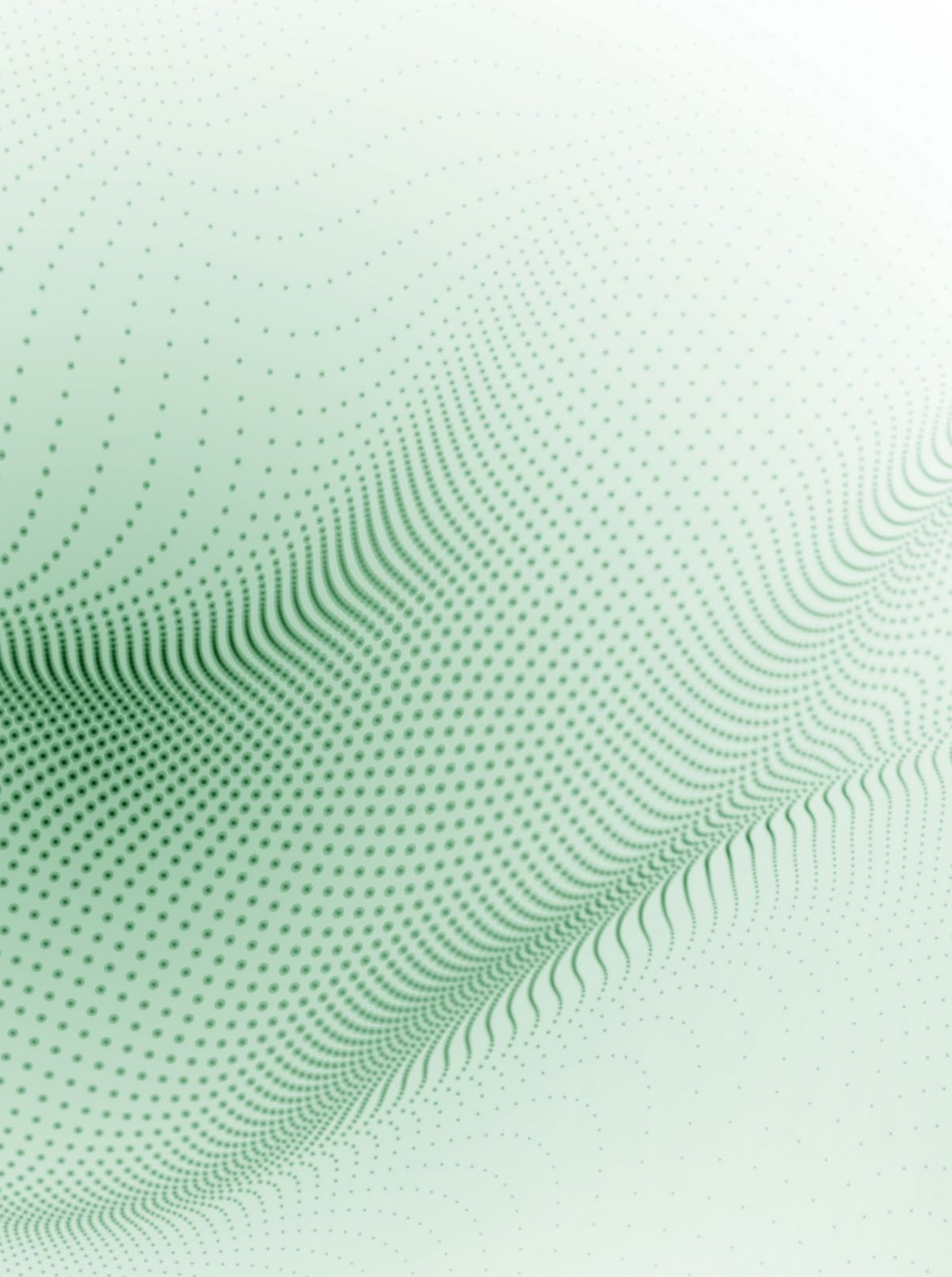
Saiba mais em anhembi.br

Anhembi Morumbi
Aqui, tudo acontece.

Parte 2

Educação a distância em transformação: o que dizem os dados sobre engajamento e os impactos do novo marco regulatório

Luciana Maia Campos Machado



A educação a distância (EAD) ocupa hoje um espaço central nas discussões do ensino superior brasileiro. Mais do que uma alternativa de acesso, a EAD tornou-se uma modalidade consolidada, com práticas pedagógicas, tecnologias e estruturas próprias. O crescimento é expressivo, mas levanta questões importantes: como promover o engajamento dos estudantes em ambientes digitais? E, mais recentemente, como alinhar essas práticas às novas exigências regulatórias inseridas pelo Decreto n. 12.456, de 19 de maio de 2025[1] e, mais recentemente, a Portaria n. 378, de 12 de junho de 2025?

Uma recente pesquisa elaborada pela Rede Semesp de Educação a Distância (rSEAD) analisou as práticas de engajamento em cursos de graduação a distância em instituições de ensino superior (IES) de diferentes regiões do Brasil, reunindo uma amostra de **127 instituições, representadas por 91 mantenedoras**. Esse estudo oferece um panorama inédito sobre como as IES organizam sua estrutura de ensino, os papéis atribuídos a docentes e a tutores, os mecanismos de acompanhamento dos estudantes e os instrumentos de avaliação utilizados.

O objetivo foi compreender, de forma ampla e qualificada, como as instituições têm promovido o engajamento dos estudantes na modalidade a distância. Os dados obtidos pela pesquisa foram cruzados com Microdados do Censo da Educação Superior (2023) e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes–Enade (2021 e 2022), permitindo análises que conectam as práticas institucionais com indicadores de desempenho acadêmico. Todo o processo incluiu verificações rigorosas para evitar duplicidades e garantir a integridade da base de dados.

Em 2023, o Brasil contava com 9,9 milhões de estudantes no ensino superior. As instituições participantes da pesquisa reúnem 42% desse total de matrículas, entre cursos presenciais e a distância. No universo da EAD, respondem por **68% das matrículas, totalizando 3.330.204 estudantes nessa modalidade**.

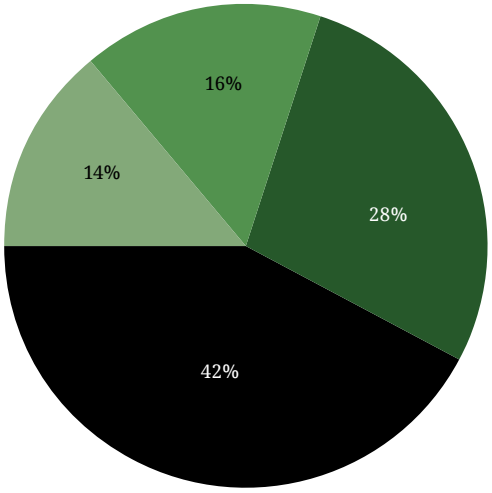
A relevância desse levantamento se intensifica diante do novo marco regulatório da educação a distância, que reposiciona o engajamento dos estudantes como um dos pilares para a oferta de qualidade. A nova legislação reforça a importância da presença ativa de docentes, da mediação pedagógica qualificada e do acompanhamento contínuo dos alunos–dimensões que essa pesquisa se propôs a mapear. Ao evidenciar, com dados concretos, como se dá o acompanhamento dos estudantes nas instituições de melhor desempenho, o estudo contribui com orientações valiosas para que instituições de ensino e órgãos reguladores aprimorem a oferta da EAD, promovendo um modelo mais qualificado, comprometido com a permanência e verdadeiramente focado na aprendizagem dos alunos.

1 BRASIL. Decreto n. 12.456, de 19 de maio de 2025. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 maio, 2025.

Principais reflexões

Entre os dados mais relevantes, destaca-se que cerca de **70% das instituições ainda operam em modelos predominantemente assíncronos**, com atividades presenciais restritas às exigidas por lei.

Gráfico 4 – Modelos de oferta na EAD: predominância de formatos majoritariamente assíncronos nas IES



EAD assíncrona sem atividades presenciais e síncronas, exceto aquelas exigidas por lei

EAD assíncrona com encontros presenciais regulados pelo curso, com controle de frequência

EAD síncrona com atividades realizadas sem a obrigatoriedade de comparecimento à sede e/ou polos para o acompanhamento e atividades exigidas por lei

EAD síncrona com atividades e encontros presenciais regulados pelo curso, com controle de frequência

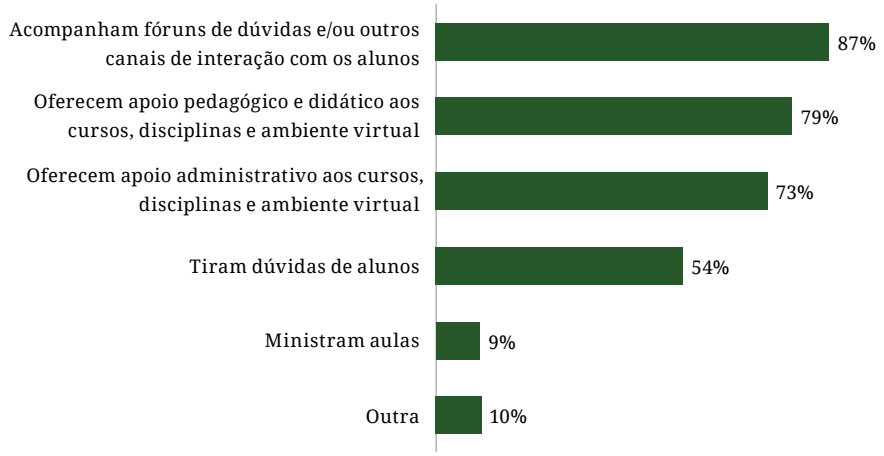
A prática anteriormente amparada pelo Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017,[2] precisará ser revista à luz das novas exigências estabelecidas pelo Decreto n. 12.456/2025, que institui a nova política de EAD no Brasil. Esse novo marco regulatório determina que nenhum curso superior poderá ser oferecido integralmente a distância. Para cursos na modalidade EAD, é obrigatório que, no mínimo, 10% da carga horária seja cumprida presencialmente e outros 10% por meio de atividades presenciais ou síncronas mediadas, como aulas ao vivo com interação entre professores e estudantes.

Além disso, o decreto proíbe a oferta de cursos de graduação em Medicina, Direito, Odontologia, Enfermagem e Psicologia na modalidade a distância, exigindo que sejam ofertados exclusivamente no formato presencial. Outros cursos das áreas de saúde e licenciaturas também não poderão ser oferecidos 100% a distância, sendo permitidos apenas nos formatos presencial ou semipresencial.

Essas mudanças refletem um movimento de revalorização da presença física no processo educacional, associando-a à garantia de qualidade e à efetividade da aprendizagem. O novo decreto também estabelece um período de transição de dois anos para que as instituições de ensino superior se adequem às novas regras.

A análise do papel dos atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem na EAD mostra que os tutores são os principais responsáveis pela interação com os estudantes: 87% das IES indicam que eles acompanham fóruns de dúvidas e canais de interação, e 79% oferecem apoio pedagógico e didático. Em contraste, apenas 39% dos docentes têm participação ativa nesses espaços.

Gráfico 5 – Atuação dos tutores na EAD: ênfase no apoio e interação com estudantes



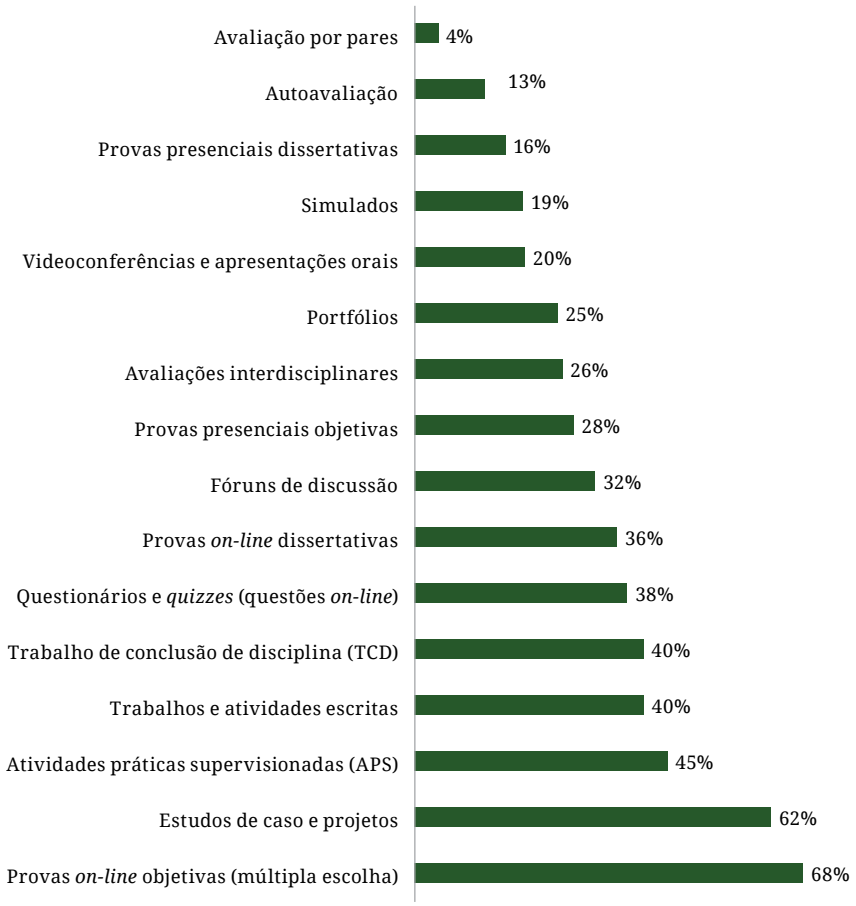
O novo marco regulatório, ao instituir papéis diferenciados (professor regente, conteudista e mediador pedagógico), busca justamente clarear essas funções e garantir uma relação mais direta e responsiva entre alunos e professores.

A diversidade de instrumentos avaliativos também chama a atenção. Provas objetivas *on-line* (68%) e estudos de caso/projetos (62%) predominam. Contudo, provas presenciais objetivas aparecem em apenas 28% das respostas, o que pode se tornar um desafio regulatório, já que o novo decreto exige não apenas a presencialidade das avaliações como também a inclusão obrigatória de elementos discursivos. O decreto estabelece que

2 BRASIL. Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 maio, 2017.

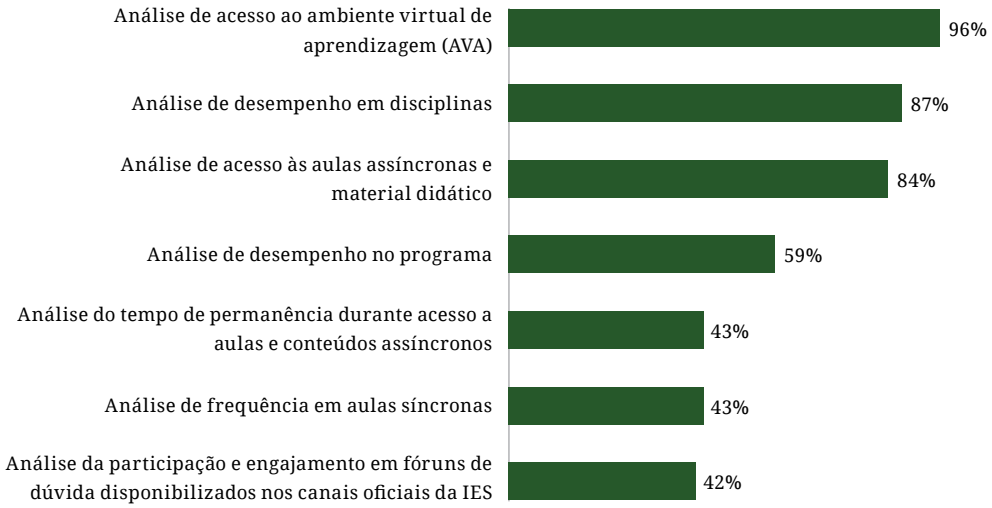
cada unidade curricular deverá agora incluir, obrigatoriamente, pelo menos uma avaliação presencial, a qual deve ter peso majoritário na composição da nota final do estudante. Além disso, exige-se que essas avaliações contenham elementos discursivos, promovendo uma abordagem mais aprofundada e crítica na avaliação do conhecimento dos alunos.

Gráfico 6 – Instrumentos avaliativos utilizados na EAD: predominância de avaliações *on-line* e desafios frente às novas exigências regulatórias



A pesquisa destaca que, embora 96% das IES monitorem o acesso dos estudantes ao ambiente virtual de aprendizagem (AVA), apenas 42% acompanham a participação em fóruns de discussão. Essa disparidade sugere que, embora o acesso ao AVA seja amplamente rastreado, o engajamento ativo dos alunos em atividades interativas, como fóruns, ainda pode ser submonitorado.

Gráfico 7 – Monitoramento na EAD: acesso ao AVA é prioridade, mas engajamento ainda é pouco acompanhado

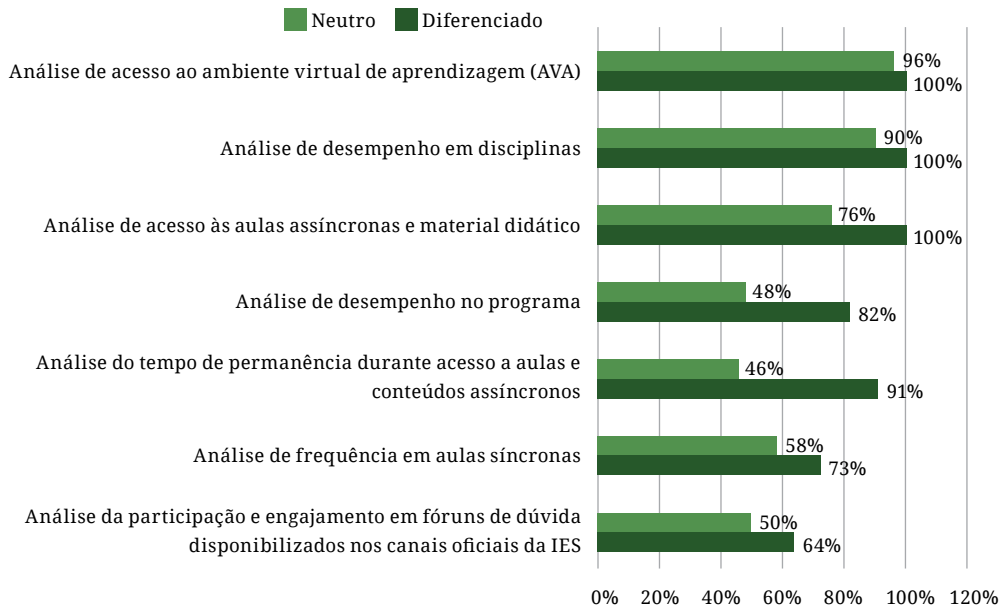


Estudos indicam que a frequência e a qualidade das interações em fóruns estão diretamente relacionadas ao desempenho acadêmico e à permanência dos estudantes nos cursos a distância. A participação ativa em fóruns promove a construção coletiva do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades críticas, fundamentais para o sucesso na modalidade a distância. Mas seria possível relacionar essas práticas com o desempenho dos alunos dessas instituições, tentando lançar um olhar sobre a efetividade de monitoramento e engajamento?

Engajamento e desempenho

De fato, o cruzamento dos dados da pesquisa com os microdados do Enade revela que IES com desempenho diferenciado – ou seja, aquelas que obtiveram conceito 4 ou 5 em seus cursos nessa avaliação – adotam práticas mais consistentes de monitoramento e interação. Nessas IES, 100% realizam análise de desempenho em disciplinas e acesso ao AVA, 91% acompanham o tempo de permanência em conteúdos assíncronos e 64% classificam a interação docente como frequente ou muito frequente. Os resultados sugerem que não basta estruturar uma boa plataforma ou oferecer conteúdo: o diferencial está na capacidade de acompanhar, dialogar e promover sentido ao longo da jornada de aprendizagem.

Gráfico 8 – Acompanhamento de estudantes em cursos de EAD e desempenho

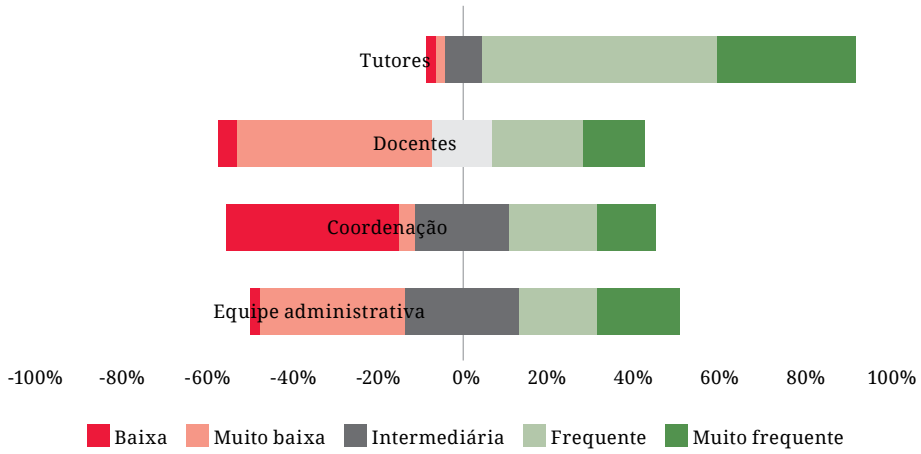


As mudanças previstas no Decreto n. 12.456/2025 reforçam a tendência de fortalecer a qualidade, a transparência e, sobretudo, o engajamento nos cursos de EAD. Ao estabelecer um limite de até 70 estudantes por docente ou mediador pedagógico em atividades síncronas e exigir o controle de frequência, o decreto busca garantir uma interação mais próxima e efetiva entre alunos e professores. Com isso, favorece um ambiente de aprendizagem que estimula a participação ativa dos estudantes e amplia as oportunidades de vínculo, motivação e permanência ao longo do curso.

As instituições de ensino superior vêm adotando diferentes estratégias para fortalecer o engajamento dos estudantes. Algumas investem em programas de mentoria, embaixadores estudantis, réguas de relacionamento e fazem uso de *dashboards* analíticos para monitoramento e intervenção pedagógica. Outras apostam na articulação entre coordenação, docentes e tutores, que, diante do novo marco regulatório, podem assumir de forma mais clara a função de mediadores da aprendizagem.

Apesar dessas iniciativas, a pesquisa revela que ainda há espaço para avançar na definição e na integração dos papéis de cada ator envolvido. A interação com a equipe administrativa é percebida como baixa por 34% das instituições, enquanto a interação da coordenação é considerada insuficiente por 40%. No caso dos docentes, esse índice é ainda mais expressivo: 46% das IES classificam a atuação interativa dos professores como limitada, evidenciando a necessidade de uma atuação mais presente e articulada com os demais agentes do processo educativo.

Gráfico 9 – Integração entre atores na EAD: percepções institucionais sobre a frequência de interações



Promover EAD de qualidade e motivação das novas discussões regulatórias exige uma revisão profunda dos atuais arranjos institucionais. A interação entre estudantes, docentes, tutores (mediadores), coordenação e equipe administrativa não pode ser tratada como algo pontual ou reativo, ela deve ser parte integrante e planejada da proposta pedagógica. Os dados evidenciam uma correlação clara: instituições que promovem engajamento contínuo e realizam acompanhamento sistemático colhem melhores resultados acadêmicos.

Nesse contexto, a regulação deixa de ocupar apenas o papel de controle burocrático e passa a ser uma ferramenta estratégica para levantar-se a bandeira de qualidade, voltando nosso olhar para o aluno. O novo decreto, ainda que passível de aprimoramentos, oferece uma oportunidade concreta para revisar modelos, aperfeiçoar práticas e recentrar o foco da EAD no Brasil: o estudante.

Em um cenário em que o simples acesso já não basta, é hora de garantir permanência com propósito. A EAD tem agora o desafio — e o potencial — de se afirmar como uma modalidade madura, inovadora e verdadeiramente centrada na aprendizagem significativa.

Sobre a autora

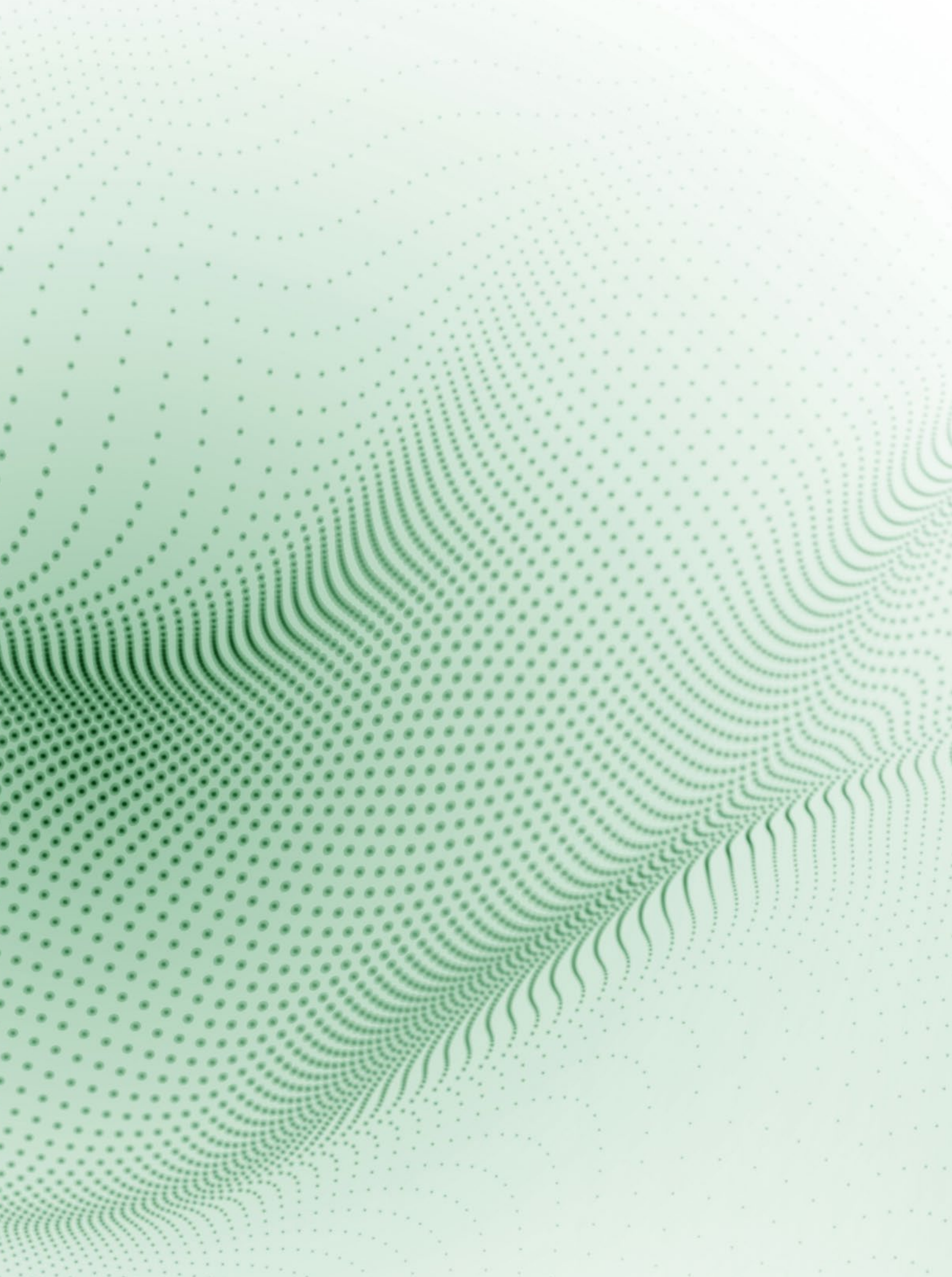
Luciana Maia Campos Machado é coordenadora da rede de EAD do Semesp (rSEAD) e Professora de Mestrado na FIPECAFI. A Rede de EAD do Semesp (rSEAD) é uma iniciativa colaborativa que reúne instituições de ensino superior comprometidas com a promoção da qualidade na EAD. Criada para fomentar o intercâmbio de boas práticas, promover debates qualificados e apoiar o desenvolvimento de políticas públicas, a rede atua como espaço estratégico de articulação institucional. Por meio de encontros, estudos e produção de documentos técnicos, fortalece a defesa de uma EAD inovadora, responsável e centrada na aprendizagem.

A rSEAD é uma evolução do GT-EAD do Semesp, inicialmente formado como grupo de trabalho temporário. Ao longo do tempo, o GT contribuiu com propostas para o marco regulatório da modalidade e promoveu pesquisas e eventos relevantes. Agora, como rede permanente, amplia seu escopo para incluir a produção de materiais didáticos, publicações, parcerias com empresas de tecnologia, programas de mentoria e ações de inclusão digital, com foco na melhoria da EAD no Brasil.

Parte 3

Cenário para o EAD após o novo marco regulatório

Luiz Alvares
Paulo Martins
Marina Novelli
NumbersTalk Consultoria



Este trabalho foi elaborado com a finalidade de discutir algumas implicações decorrentes da publicação do novo marco regulatório da educação a distância, em 20 de maio de 2025, por meio do Decreto n. 12.456, de 19 de maio de 2025[1], e da Portaria MEC n. 278/2025[2]. Produzido ainda no calor do debate, deve ser lido nesse contexto, sem discutir mérito nem motivações das medidas. Pretendemos apenas avaliar potenciais impactos em um prazo mais longo.

Concentramo-nos em alguns itens de maior sensibilidade, a saber:

- proibição da oferta do curso de Enfermagem na modalidade de ensino a distância (EAD);
- introdução da atividade síncrona mediada com limite de 70 alunos por turma, que compõem até 20% da carga horária da nova modalidade de cursos semipresenciais;
- vedação de cursos para a modalidade EAD, criando a modalidade semipresencial com dois níveis:
  1. cursos de Educação, Ciências Naturais, Matemática e Estatística com 30% de presencialidade: que chamaremos de **semipresencial** I;
  2. cursos de Saúde e Bem-Estar, Engenharia, Produção, Construção, Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária com 40% de presencialidade: que chamaremos de **semipresencial** II.

A escolha desses itens deve-se ao impacto direto no formato dos cursos, na disponibilidade de oferta em algumas localidades (demanda deslocamentos frequentes do estudante), na imposição de menor flexibilidade de horários e no aumento de preços, que redundam na redução do tamanho potencial do mercado. Outros pontos como exigências de infraestrutura, atribuição de papéis de gestão, coordenação, mediação, e docência, necessidade de avaliações presenciais nos polos, e a figura do credenciamento único, serão discutidos na última seção deste artigo.

1 BRASIL. Decreto n. 12.456, de 20 de maio de 2025. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 20 maio 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.456-de-20-de-maio-de-2025-556677890>. Acesso em: 4 jul. 2025.

2 BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 278, de 14 de abril de 2025. Brasília, DF, 2025.

A dinâmica do mercado de EAD até 2025

De início, precisamos qualificar o crescimento da EAD nos últimos anos, entendendo que este se processou de maneiras diferentes, a depender da área de cursos e das dinâmicas entre oferta e demanda de cada segmento, do grau de interiorização e do perfil de seus estudantes. Considerando que a última mudança relevante na legislação ocorreu em 2017, recuamos nossas análises até 2016 para termos um panorama mais compreensivo. Algumas observações nos permitem avaliar com mais clareza a dinâmica de crescimento desse período, tornando possível entender o que está por vir.

Nos Gráficos 10 e 11 observamos o crescimento de duas áreas que estão no centro do debate do novo formato semipresencial: saúde e educação. É fácil constatar que tratamos de realidades bastante distintas dentro do mesmo setor. Se de um lado, nos cursos de educação, temos um baixo crescimento, com uma CAGR da ordem de 1,9% a.a., nos últimos 7 anos, nos cursos da saúde, temos crescimento de 8,2% a.a., o que é pelo menos 4 vezes maior.

Gráfico 10 – Crescimento do ensino superior na educação

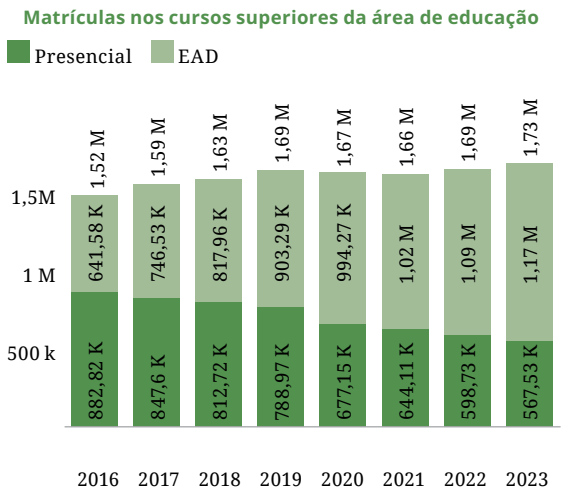
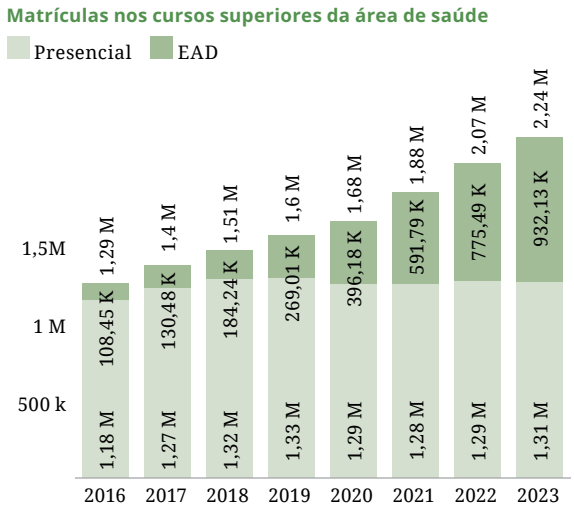


Gráfico 11 – Crescimento do ensino superior na saúde



Na educação na modalidade a distância, temos um crescimento da ordem de 9% a.a. decorrente de um decréscimo de -6,1% a.a. no presencial. No caso da saúde, não houve decréscimo no número de estudantes nos cursos presenciais (cresceu 1,5% a.a. nos últimos 7 anos), mas, na modalidade EAD, observamos um crescimento impressionante de 35,7% a.a. Segmentos diferentes de cursos no ensino superior apresentam maturidade diferente e taxas de expansão também distintas, comprometendo simples generalizações que não levam em conta as realidades diversas de cada segmento, alcance, penetração, *gaps* de formação e demandas do mercado de trabalho de cada localidade.

Gráfico 12 – Evolução dos cursos de Pedagogia

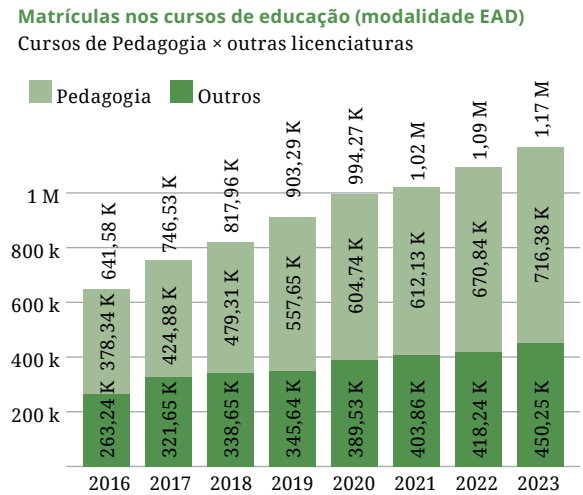
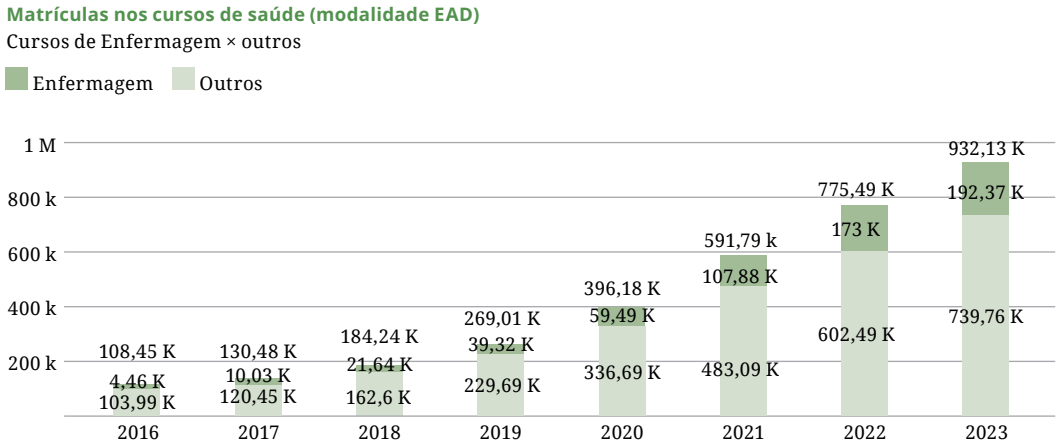


Gráfico 13 – Evolução dos cursos de Enfermagem



Uma pergunta relevante é sobre os "carros-chefe", ou cursos principais, capazes de capturar a essência da dinâmica da modalidade nesse período e que nos auxiliem na compreensão dos fatores subjacentes à maior parte desse crescimento. A fim de tornar a análise tratável e compatível com o espaço, estilizamos os comportamentos dos cursos de Pedagogia (Gráfico 12), majoritária representante de educação (61,5% das matrículas do segmento), e Enfermagem (20,6% das matrículas da área), como representante típica da área de saúde (Gráfico 13).

Vejamos mais detalhadamente o perfil dos estudantes de cada curso. A distribuição de gênero nos dois cursos mostra a predominância do gênero feminino de maneira estável no tempo e com características bastante similares entre as modalidades. Nos cursos de Enfermagem, tanto na modalidade EAD quanto na presencial, são nove entre dez estudantes do gênero feminino. Nos cursos de Enfermagem, a proporção é ligeiramente diferente, sendo oito mulheres para cada grupo de dez alunos. No caso das distribuições raciais, os dados sugerem que, enquanto na Pedagogia (educação) existe uma certa uniformidade nos perfis presenciais e a distância, na Enfermagem (saúde), os perfis do EAD atraem populações historicamente mais sujeitas a condições de vulnerabilidade.

Gráfico 14 – Evolução da distribuição de renda no curso de Enfermagem, na modalidade EAD

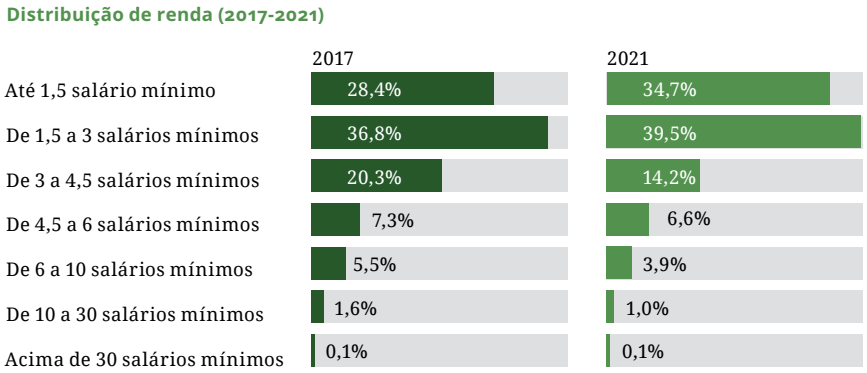


Gráfico 15 – Evolução da distribuição de renda no curso de Enfermagem, na modalidade EAD

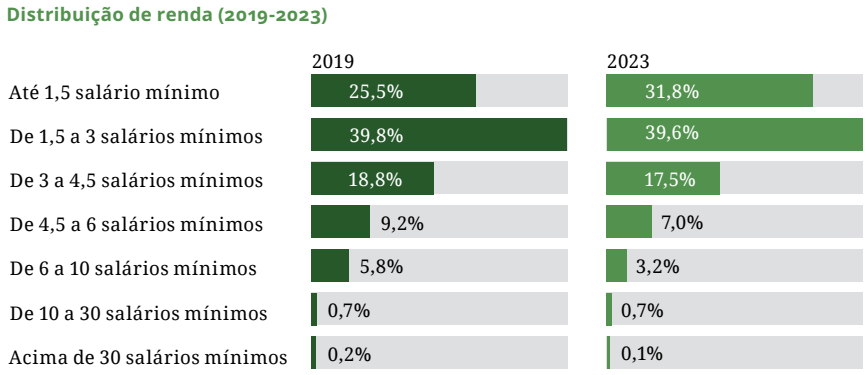


Gráfico 16 – Evolução da distribuição de renda no curso de Pedagogia, na modalidade presencial

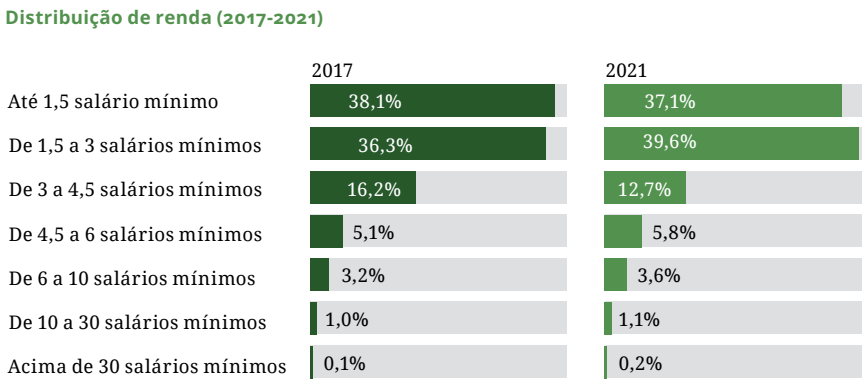
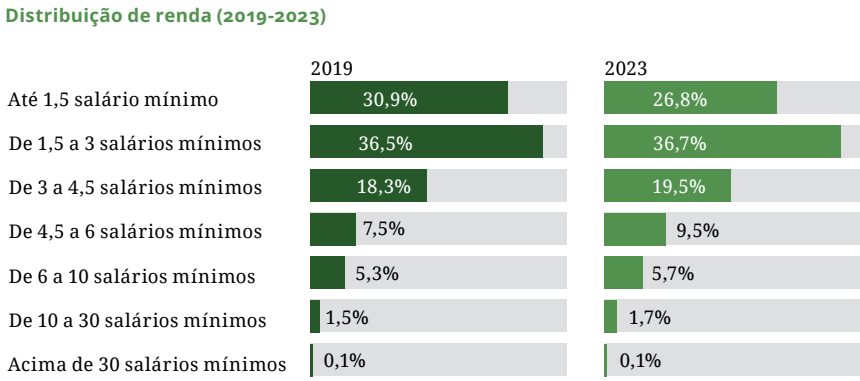


Gráfico 17 – Evolução da distribuição de renda no curso de Enfermagem, na modalidade presencial



A distribuição de renda revela que 74% dos alunos de Pedagogia EAD (Gráfico 14) e 71% de Enfermagem EAD (Gráfico 15) têm renda inferior a 3 salários mínimos mensais. Esse número é maior do que as médias nacionais, que giram em torno de 2 salários mínimos, linha que divide os 90% dos brasileiros mais pobres.

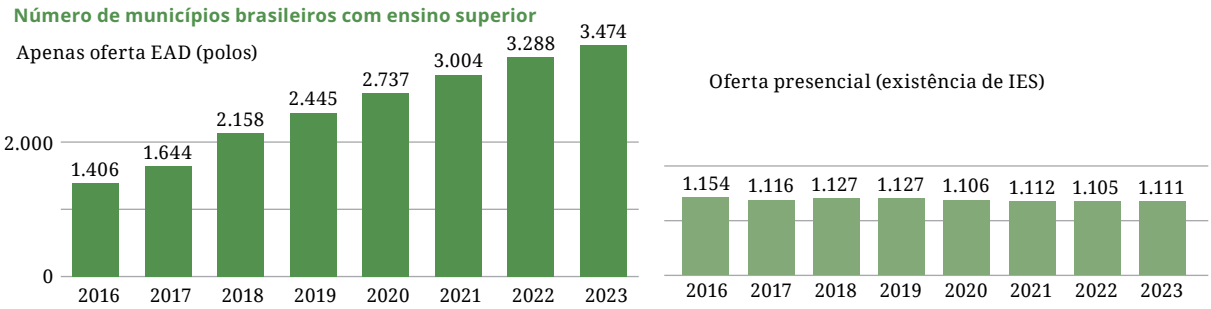
No caso das diferenças da distribuição de renda dos alunos de cursos presenciais, temos, respectivamente 76,7% na Pedagogia (Gráfico 16) e 63,5% na Enfermagem (Gráfico 17). Os alunos da Enfermagem na modalidade presencial têm renda mais elevada, muito em função das condições de oferta dos cursos em praças diferentes com infraestrutura e oferta presencial. Aqui nos referimos a uma diferença da ordem de 7% a 8% do contingente do total de alunos nos estratos que não têm renda disponível para educação em relação ao preço do curso na modalidade presencial. Esses números nos dão uma medida do contingente de alunos que pode ser excluído por preço e também ideia da baixa elasticidade da demanda (inelasticidade): aumentos violentos de preço têm potencial de deslocamento de matrículas muito menos do que proporcional.

Este é um fenômeno conhecido no ensino superior brasileiro: apesar de o consumo pela educação ser inelástico (decisão de estudar), a demanda por um curso específico pode ser altamente elástica a preço, fato típico de mercados altamente competitivos. Mas a pressão competitiva do mercado faz com que essa faixa de variação dentro de cada categoria fique relativamente mais estreita, criando segmentos a que atribuímos significado como *premium*, *value* e correlatos, para respectivamente nicho, massa etc.

Acesso, interiorização da oferta e cobertura de municípios do ensino superior

Uma questão relevante sobre as modalidades é a quantidade de municípios brasileiros atendida pela EAD, por meio de polos em localidades onde não existem instituições de ensino superior (IES) com ensino presencial. No Brasil, existem 5.570 municípios. Para termos uma dimensão abrangente dessa questão, segundo o Censo de 2023, temos 3.474 municípios com oferta de ensino superior no Brasil, e apenas 1.111 com oferta presencial. O que equivale a dizer que 2.363 municípios só dispõem de acesso ao ensino superior na modalidade EAD. Outra faceta dessa questão é que as IES públicas só chegam a 864 municípios na modalidade presencial e a 1.173 na modalidade EAD. O acesso ao ensino superior em larga escala no interior do país, portanto, dá-se pelas IES privadas e pela modalidade EAD.

Gráfico 18 – Interiorização do ensino superior no Brasil se deu por meio da modalidade EAD



Os cursos de Enfermagem presenciais estão em apenas 526 municípios e de Educação em 682. O número de matrículas atendidas em municípios exclusivamente com a modalidade EAD é respectivamente 47,8 mil em Enfermagem e 155,7 mil em Pedagogia. Isso equivale a dizer que esse contingente grande do território ficará sem a oferta de ensino superior de Enfermagem. Trata-se de mais um retrato da desigualdade social do país, que não pode ser endereçada sem custos, ou uma respostas simples: mais acesso, em localidades distantes, significa estruturas mais modestas para oferta, compatíveis com o tamanho do mercado e preços compatíveis com o que a população dessas localidades tem condições de pagar.

Distribuição de renda *versus* tamanho: quantos alunos são atingidos?

Outra pergunta relevante é como a diferença de perfil socioeconômico impacta os diferentes cursos e localidades. Nos Gráficos 19 e 20, conseguimos ver respectivamente a distribuição de renda dos cursos nas modalidades EAD e presencial. Utilizamos o percentual de estudantes que declararam nos questionários do Exame Nacional de Desempeno de Estudantes (Enade) renda mensal inferior até três salários mínimos (eixo vertical) e cruzamos com o número de matrículas no ensino superior, em cada modalidade. Enfermagem, Pedagogia e Serviço Social estão entre as piores distribuições de renda, nos dois casos (na parte superior no gráfico) e, não por acaso, estão entre os maiores cursos. O mecanismo de transmissão no caso é o preço das mensalidades desses cursos, com uma disponibilidade de oferta extremamente capilarizada pela baixa exigibilidade de infraestrutura dos polos no marco vigente até abril de 2025, e demanda de profissionais extremamente pulverizada e presente em todos os municípios brasileiros.

Gráfico 19 – Distribuição de renda dos estudantes nos cursos da modalidade EAD atual – Cruzamento do percentual das matrículas de estudantes com renda de até três salários mínimos e tamanho do mercado. Pedagogia, Enfermagem e Serviço Social são os cursos com mais alunos em condições de vulnerabilidade

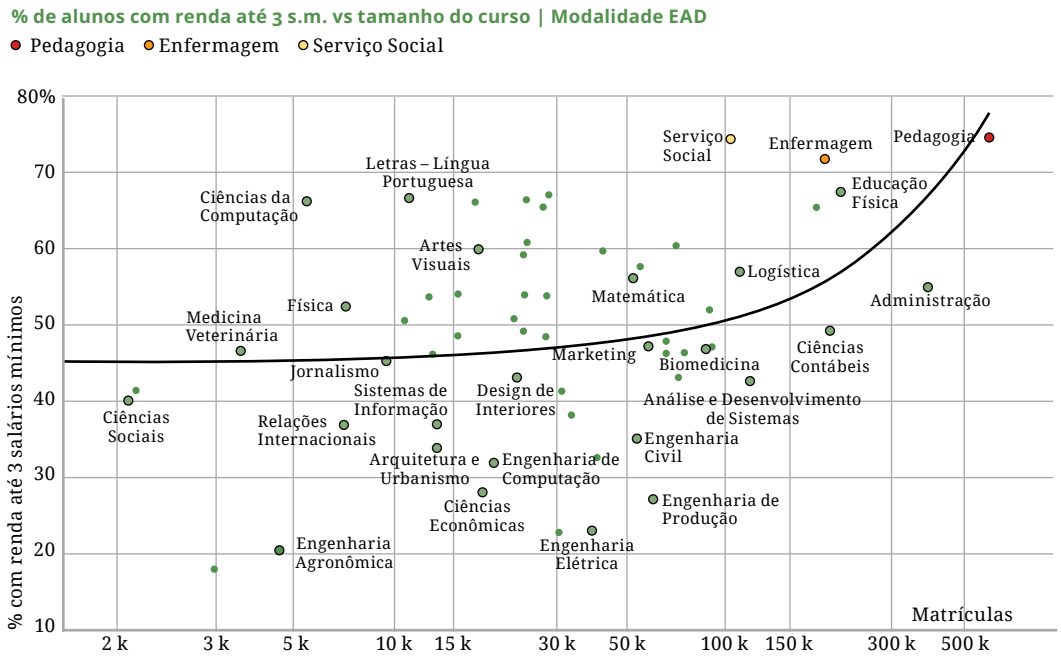
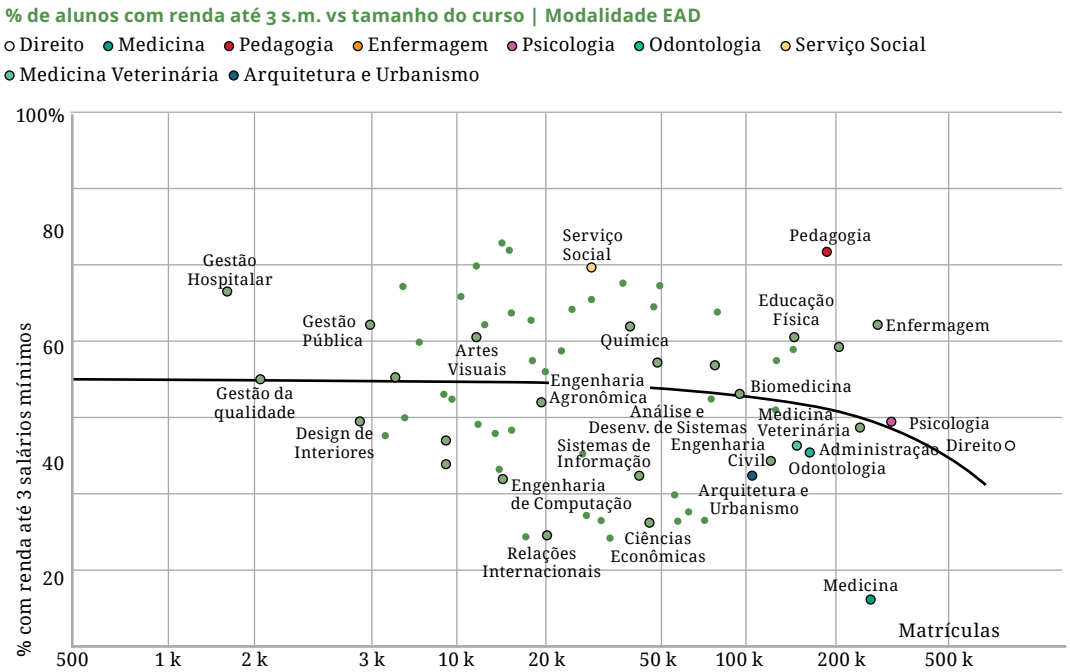


Gráfico 20 – Distribuição de renda dos estudantes nos cursos da modalidade presencial atual – No extremo oposto, com baixo número de alunos no estrato de renda abaixo de três salários mínimos estão os cursos de Medicina, Relações Internacionais e Economia



Dimensionamento do impacto em matrículas a números de 2025

As tabelas a seguir ajudam a resumir o contingente de matrículas impactado.

Tabela 7 – Cursos exclusivamente presenciais

Curso	Matrículas		
	Presenciais	EAD	Totais
Direito	656,7 K		656,7 K
Enfermagem	278,8 K	192,4 K	471,2 K
Psicologia	341,9 K		341,9 K
Medicina	266,5 K		266,5 K
Odontologia	162,3 K		162,3 K
Total	**1,7 M**	**192,4 K**	**1,9 M**

Tabela 8 – Cursos EAD

Cursos (possibilidade) EAD			
Curso	Matrículas		
	Presenciais	EAD	Totais
Outros <100 K	**713,6 K**	**1,3 M**	**2 M**
Administração	226,9 K	426,8 K	653,6 K
Ciências Contábeis	114,1 K	210,6 K	324,7 K
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	87,1 K	212,5 K	299,6 K
Gestão de RH	24,5 K	196,4 K	220,9 K
Logística	18,5 K	121,1 K	139,6 K
Total	**1,2 M**	**2,4 M**	**3,6 M**

Tabela 9 – Cursos semipresenciais

Curso	Matrículas		
	Presenciais	EAD	Totais
Outros <100 K	**764,1 K**	**638 K**	**1,4 M**
Pedagogia	162,1 K	686,7 K	848,7 K
Educação Física	117,3 K	283,6 K	400,9 K
Fisioterapia	143,8 K	69,9 K	213,8 K
Farmácia	125,4 K	87,7 K	213,2 K
Nutrição	91,5 K	88,8 K	180,3 K
Biomedicina	94,9 K	85 K	179,9 K
Engenharia Civil	118,1 K	53,2 K	171,3 K
Medicina Veterinária	149,5 K	3,5 K	153 K
Serviço Social	26,1 K	101,1 K	127,7 K
Engenharia de Produção	57,2 K	59,2 K	116,5 K
Arquitetura e Urbanismo	102,6 K	13,4 K	115,9 K
Agronomia	74,8 K	40,3 K	115,1 K
Engenharia Mecânica	71,7 K	31,2 K	102,9 K
Ciências Biológicas	69,8 K	32,1 K	102 K
Total	**2,2 M**	**2,3 M**	**4,4 M**

Contingente de alunos estudando atualmente nos cursos impactados pelas novas regras	
Cursos que podem ser oferecidos apenas no formato presencial	[Tabela 7] Temos **192 mil alunos matriculados** nos cursos de Enfermagem EAD, que deixarão de existir na modalidade e passarão a presenciais nas ofertas a partir de agosto de 2025.
Cursos com ofertas que podem ser realizadas na modalidade EAD	[Tabela 8] No caso dos cursos que podem ser ofertados na modalidade EAD, desde que respeitadas as condições de avaliações presenciais a cada unidade curricular e mínimo de 10% de atividades presenciais, o contingente é de **2,2 milhões de matrículas**. É importante destacar que nessa categoria temos cerca de 3,1 milhões de matrículas no ensino superior, dos quais 1,9 milhões são atendidos pela modalidade presencial. Ou seja, praticamente 2 em cada 3 alunos desses cursos no Brasil o fazem pelo EAD atual.
Cursos com ofertas que precisam ser pelo menos semipresenciais	[Tabela 9] Os cursos em que o novo marco exige que a oferta só se dê nos novos moldes do semipresencial. O total de cursos com essa possibilidade cobre 4 M de matrículas no ensino superior, dos quais hoje **2,1 milhões ocorriam no formato EAD** e passarão por ajustes para enquadrarem-se às novas exigências.

Dimensionamento do impacto do efeito preço

Para avaliar o impacto nas matrículas, precisamos abordar algumas premissas sobre as variações esperadas de preços em decorrência do novo marco regulatório.

Segmento de cursos impactados	Impacto nos custos e faixa de preços esperada de início	Impacto final nos preços de mercado após acomodação
Cursos EAD (Permanecem no formato EAD)	Exigência de pelo menos 10% de atividades presenciais e 10% de atividades síncronas mediadas. Além da obrigatoriedade de avaliação presencial no polo a cada unidade curricular. **O impacto total médio sobre o preço tende a ficar em torno de 5%.**	A maioria dos cursos já atende ou está próxima de atender a essa regra. Isso pode ser facilmente absorvido na redução de descontos concedidos nas matrículas.
Cursos de Educação (Formato semipresencial I)	Necessidade de 30% de atividades presenciais e de 20% de atividades síncronas mediadas. Considerando uma média de mercado de que cada hora presencial custa 4 a 5 vezes uma hora a distância, temos **impacto da ordem de 80% a 110%.** Isso coloca os cursos em uma faixa de preços de **R$ 450 a R$ 500.**	Considerando as pressões competitivas e a adoção de novas tecnologias, podemos estimar que esses cursos devem passar a operar na **faixa dos R$ 400**.
Cursos de Saúde e Engenharias (Formato semipresencial II)	Devem cumprir 40% de atividades presenciais e 20% de atividades síncronas mediadas. **Aumento de 130 a 160%**, ou seja, uma faixa de preços de **R$ 550 a R$ 600**.	Nesse caso, esperamos que os cursos operem na **faixa dos R$ 500**, após alguma acomodação de mercado.

Lembramos que hoje a maioria dos cursos opera na faixa dos 200 reais, assim, falamos de um impacto um pouco menor do que o dobro dos preços no semipresencial I e um pouco maior do que o dobro no formato presencial II. No caso dos cursos de Enfermagem, o referencial são os próprios cursos oferecidos no formato presencial, o que representa um aumento da ordem de três vezes de preço, nas localidades que contam com infraestrutura de IES. Na sequência aplicamos os resultados dessas estimativas na análise de sensibilidade sobre os tamanhos dos mercados listados aqui.

Cenário projetado

Com o propósito de compreender o tipo de impacto que o novo marco poderia produzir no ensino superior brasileiro, incluindo a perda de alunos pela acessibilidade e a migração entre modalidades, chegamos aos resultados:

CENÁRIO DE MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR: IMPACTOS DO NOVO MARCO EAD			
SEGMENTO	**EAD | PRESENCIAL**	**IMPACTOS TOTAIS**	**CENÁRIO PÓS MARCO**
MEDICINA / DIREITO / PSICOLOGIA / ODONTOLOGIA	– | 1,4 M	– | 1,4 M	– | 1,8 M
ENFERMAGEM (proibido EAD)	**0,2 M** | 0,3 M	– | 0,4 M	
EDUCAÇÃO (semipresencial I)	**1,2 M** | 0,7 M	**0,7 M** | 0,8 M	**1,1 M** | 2.5 M
SAÚDE + ENG. (semipresencial II)	**1,1 M** | 1,5 M	**0,4 M** | 1.7 M	
Permitido EAD	**2,4 M** | 1,2 M	**2,4 M** | 1,3 M	2,4 M | 1,3 M
TOTAL	**4,9 M** | 5,1 M	**3,5 M** | 5,6 M	**2,4 MM** | **1,1 M** | 5,6 M

Fonte: Projeções NumbersTalk

No total, **estamos dimensionando uma perda da ordem de 10% dos estudantes, sem considerar movimentos "estatísticos"** que podem advir da exigência de frequência que aumente o reconhecimento do contingente de evadidos.

Outro reconhecimento importante desse tipo de análise é a incorporação do efeito de migração de alguns alunos para o presencial. Neste momento, não estamos considerando efeitos dinâmicos de como esses números devem se distribuir ao longo dos próximos 3 anos. Mas acreditamos que, incluídos os efeitos de registro acadêmico, tenhamos um **contingente líquido de perda de alunos no estoque final em 3 anos da ordem de 3% a 5%**. Em outras palavras, **em 2027 é muito provável que estejamos presenciando um Censo que reporte cerca de 9,6 milhões de matrículas no ensino superior.**

O que podemos inferir a partir desses resultados (por agente do setor)

Polos	**Tendência à consolidação regional**: foco em escalas mínimas viáveis e eliminação de ofertas excessivamente pulverizadas, especialmente em cursos semipresenciais. **Especialização esperada**: abandono de cursos com infraestrutura cara, como Engenharia. **Tecnologia como padrão**: uso crescente de soluções 100% baseadas em navegador, com dispositivos leves (*thin clients*, *tablets*).
Docentes	**Demanda por docentes tende a aumentar**, porém, com **automação com inteligência artificial (IA):** pode compensar parte do crescimento, substituindo funções, como correção e produção de avaliações. **Descentralização da contratação**: mais professores pagos localmente, com menor concentração nos grandes centros. **Perfil valorizado nos polos**: docentes com boa didática e domínio de tecnologias educacionais.
Alunos	**Supressão de polos realoca demanda para oferta disponível:** **aumento em cursos como Serviço Social e Nutrição** (infraestrutura leve e mercado local). Área de **tecnologia da informação (TI) absorve parte dos alunos** com menor definição vocacional (Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Sistemas de Informação). **Administração em ascensão:** tende a se tornar o novo curso dominante, substituindo Pedagogia.
IES	**Regionalização com apoio tecnológico**: uso de tecnologias como "copiloto" na gestão das novas exigências regulatórias. **Oportunidade para EAD nichado e segmentado**: redução da atratividade dos semipresenciais pode abrir espaço a modelos com escalas menores, mais intensivos em tecnologia e preços diferenciados. **Revalorização de cursos pouco procurados** (p.ex: Comunicação Social), aproveitando-se da redução da presencialidade para viabilizar novos modelos de oferta

Aprofundamento e próximos pontos de análise

Alguns outros pontos do decreto têm impactos importantes no mercado e são mais difíceis de se quantificar no calor do momento, devendo ser objetos de análise, simulações e projeções da NumbersTalk, na sequência deste trabalho:

Credenciamento único e expansão da oferta	**Reduz barreiras à entrada**, favorecendo pequenas IES em regiões distantes. Permite oferta de **cursos semipresenciais mais caros**, viáveis economicamente onde já há infraestrutura. **Expansão será gradual**, mas consistente, com aumento de receita marginal superando custos em alguns casos. Inicialmente pode haver **alta nos preços (*overshooting*)**, seguida de ajuste com pressão para baixo conforme o mercado se estabiliza.
Infraestrutura em polos (Capex)	**Altos investimentos exigidos** em laboratórios e espaços físicos. **Proibição de compartilhamento de endereço físico** entre IES pressiona por necessidade de caixa nos polos, que não têm tido rentabilidade suficiente para justificar investimentos. Pode levar ao **fechamento de até metade dos polos** de redes com elevada capilaridade.

Custos com pessoal (Opex)	**Novas exigências** de contratação (professor regente, conteudista, mediador pedagógico, gestor EAD). Aumentam os **custos fixos e a complexidade operacional**, exigindo **escala mínima estável**. Dificulta a **diversificação de cursos em um mesmo polo** graças à especialização docente necessária.
Avaliações presenciais obrigatórias	**Aumento da frequência de provas presenciais** (a cada unidade curricular) exige mais logística e estrutura. **Impacta regiões remotas**: alunos precisarão se deslocar para polos mais distantes. Resultado: mais pressão sobre **Capex e Opex**, forçando concentração e escalas maiores.
Competição entre EAD e semipresenciais	Cursos como **Administração, Marketing, RH, Publicidade** (que exigem pouca presencialidade) podem **deslocar demanda dos semipresenciais**, atraindo alunos interessados apenas no diploma. **Preço menor da EAD** se torna diferencial competitivo nesses casos.
Evasão e regularização dos dados	**Novas exigências de presença** devem expor a evasão real antes não visível nos registros. Inicialmente, pode haver aumento nos indicadores de evasão, mas essa mudança **levará pelo menos três anos**. Após esse ajuste, a **evasão média do ensino superior deve cair**, especialmente com a migração parcial da EAD para o semipresencial com maior controle, e menor evasão.

Considerações finais

Consolidando os diferentes achados discutidos ao longo deste trabalho, é possível afirmar que a baixa elasticidade da demanda do ensino superior no Brasil deverá amortecer parcialmente os efeitos negativos da elevação de preços decorrente das novas exigências regulatórias. A elevação, embora significativa, tende a ser em parte absorvida por cursos de menor custo operacional, como Pedagogia e Serviço Social, tornando-se um fator menos crítico do que questões logísticas e econômicas relacionadas ao acesso, como custos de deslocamento em localidades distantes, que competem pelo orçamento dos estudantes.

Nesse cenário, o impacto total sobre as matrículas tende a se diluir progressivamente ao longo dos próximos anos, sendo em parte compensado pelo crescimento orgânico do mercado educacional. Ainda assim, há expectativa de que em cursos com demanda mais fraca e elevada exigência de infraestrutura (engenharias, por exemplo) se tornem inviáveis para oferta semipresencial nas regiões periféricas. O resultado esperado é a formação de um novo equilíbrio no segmento que hoje conhecemos como EAD, mais sofisticado e racionalizado, com concentração das ofertas em um número menor de polos especializados.

O modelo de “cauda longa” em que as instituições oferecem um amplo leque de cursos com baixa densidade de matrículas tende a ser penalizado. A diversidade de cursos semipresenciais deve ser reduzida substancialmente, aproximando-se mais da variedade observada na oferta presencial, com impacto mais sensível nas áreas de saúde e engenharias.

As licenciaturas devem manter-se como as ofertas mais viáveis nesse contexto. Espera-se um aumento inicial relevante de seus preços, seguido de estabilização nominal e redução a partir de 2027, quando os efeitos do novo marco regulatório estarão plenamente consolidados.

Outro desdobramento relevante se refere aos cursos da área de TI. Esses cursos podem se tornar mais atrativos para as IES, graças à possibilidade de compartilhamento de infraestrutura com outros cursos semipresenciais de outras áreas, sobretudo no uso de máquinas e laboratórios, incentivando a expansão da oferta e pressionando para baixo os preços no modelo EAD.

Por fim, observa-se uma tendência de ampliação do espaço para estratégias de diferenciação no segmento semipresencial, com ofertas mais especializadas e preços mais altos. Esse movimento deve ser contrabalançado, ao longo do tempo, pela entrada de novos *players* mais segmentados e pela absorção de parte da demanda por cursos com menos exigências logísticas e operacionais, especialmente das áreas de negócios.

Sobre a NumbersTalk

A NumbersTalk é uma consultoria especializada em ciência de dados aplicada à gestão educacional, com foco no ensino superior. Fundada por profissionais com sólida experiência em análise quantitativa, modelagem estatística e planejamento estratégico, a empresa combina competências técnicas e visão de gestão desenvolvidas ao longo de mais de duas décadas de atuação nos setores educacional e financeiro.

A consultoria é referência em modelagem preditiva, especialmente em estudos de evasão, retenção e desempenho acadêmico. Atua no desenvolvimento de soluções tecnológicas que antecipam cenários, apoiam decisões estratégicas e oferecem sistemas de recomendações baseadas em indicadores derivados do cruzamento de microdados, simulações e acompanhamento de métricas estudantis.

Com forte atuação em contextos regulatórios e avaliativos, a NumbersTalk também desenvolve instrumentos psicométricos próprios, fornecendo *feedbacks* automatizados e individualizados a estudantes e instituições. No atual contexto de reformulação do marco regulatório do ensino superior, tem atuado como parceira técnica de instituições que buscam se preparar para os novos desafios com base em evidências e inteligência analítica.

Sobre os autores

Luiz Alvares é economista e mestre em Economia pela Universidade de São Paulo (USP). É diretor-executivo e fundador da NumbersTalk e especialista em Modelagem Estatística e Financeira.

Paulo Martins é engenheiro de Materiais pela USP e pós-graduado em Data Science pelo Insper. É diretor de tecnologia na NumbersTalk, sócio-diretor da QuantInsights e atua como engenheiro de dados.

Marina Novelli é engenheira de Materiais pela USP e pós-graduada em Data Science pelo Insper. É diretora de Operações na NumbersTalk e atua como especialista em Machine Learning, modelagem e visualização de dados.

Educação de qualidade em qualquer lugar.
Isso é ter estrela.

Pós-graduação e graduação EAD.

Presente em todo o Brasil.

+ de 1.600 polos.

Referência em educação a distância.

60 anos de atuação.

3 modalidades EAD: semipresencial, ao vivo e digital.

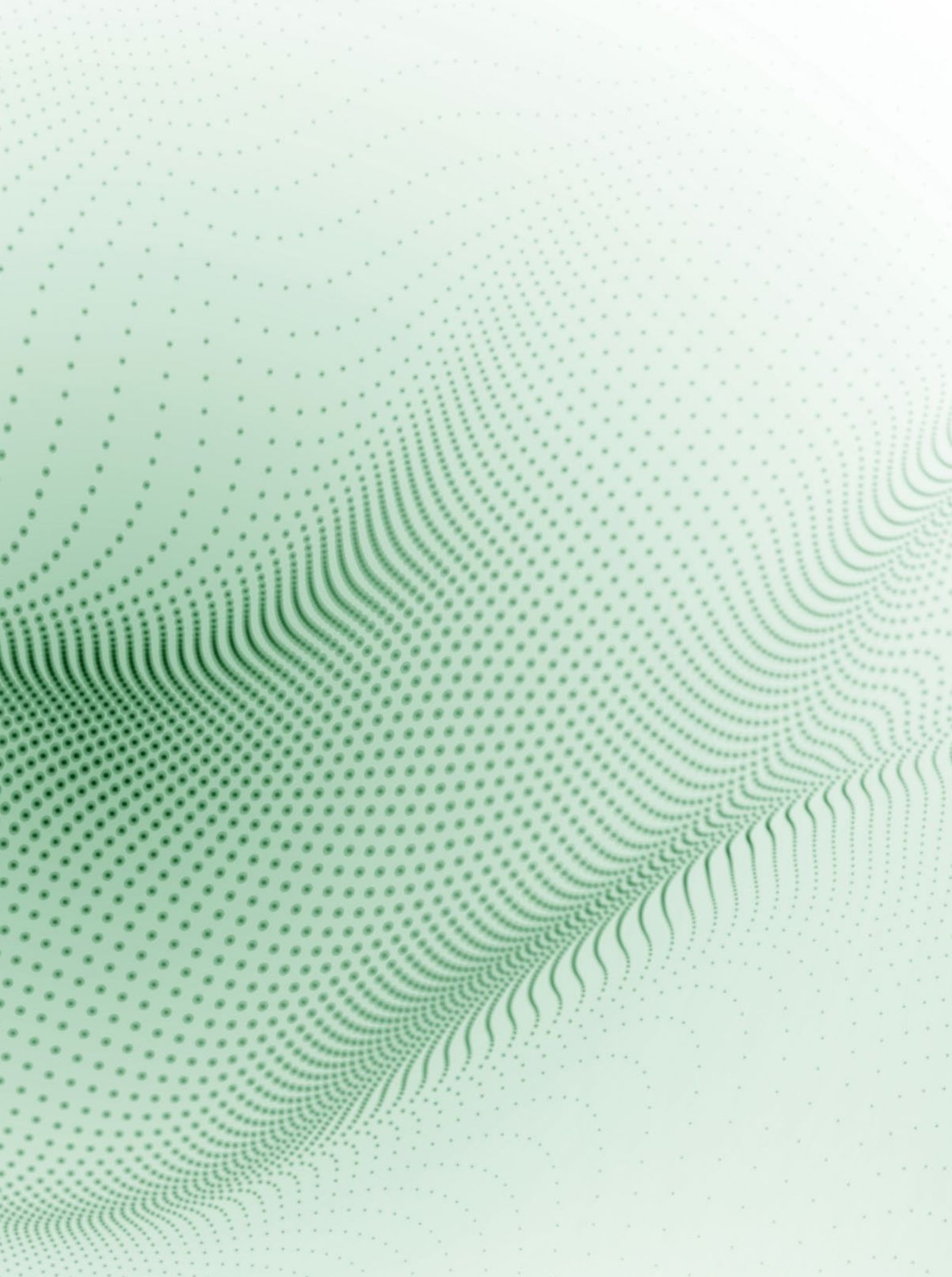
Saiba mais em
cruzeirodosulvirtual.com.br

Cruzeiro do Sul Virtual
Educação a distância

Parte 4

Internacionalização da EAD: breve análise sobre o processo de internacionalização da graduação EAD por IES brasileiras

Leonardo Labres
MercadoEdu



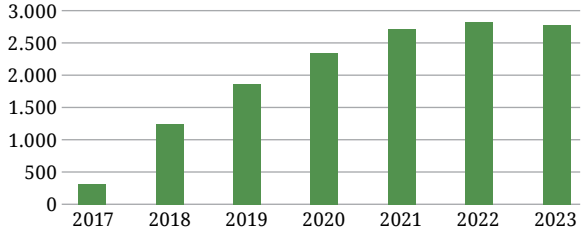
A internacionalização da educação a distância (EAD) surge como uma alternativa estratégica diante da saturação do mercado doméstico. Com o aumento do número de locais de oferta no país e o consequente acirramento da concorrência, algumas instituições de ensino superior (IES) brasileiras têm incluído a internacionalização em suas alternativas de expansão. A ideia, além de disponibilizar formação para a comunidade brasileira residente no exterior, é identificar ilhas de demanda reprimida que possam ser boas fontes para a captação de alunos.

Geralmente, os cursos oferecidos são os mesmos já disponíveis para a população doméstica. Então, o brasileiro residente no exterior pode capacitar-se em qualquer dos cursos EAD autorizados pelo Ministério da Educação (MEC).

Para as IES, pode ser um mercado bem promissor, pois segundo o relatório *Comunidades Brasileiras no Exterior* (Ministério de Relações Exteriores, 2023), aproximadamente 4,5 milhões de brasileiros vivem fora de nossas fronteiras. Em 2023, 2.761 destes (Censup–Inep, 2023) estavam matriculados em um curso a distância de alguma IES brasileira – ou seja, 0,06% da comunidade brasileira no exterior. Em uma leitura preliminar, há bastante espaço para crescimento, principalmente se compararmos ao mercado interno – no qual quase 5% da população está matriculada no ensino superior.

Contudo, apesar do público potencial relativamente grande (o equivalente a duas vezes a população de Belo Horizonte, onde temos 319 polos e 84.910 alunos), os números mostram uma evolução tímida e até sinais de retração recente. Em algumas instituições, os resultados indicam até mesmo a desistência do processo.

Gráfico 21 – Total de alunos matriculados na EAD no exterior



Alguns fatores podem explicar o pouco sucesso. Diferentemente da expansão em modelo quase varejista e altamente escalável observada no Brasil, na internacionalização, os desafios são diferentes – e a "lógica de franquia" não é tão simples de ser replicada.

No ambiente doméstico (sob um viés generalista), a instituição ou grupo educacional disponibiliza ambiente de aprendizagem, conteúdo didático, ferramentas para operação pedagógica e administrativa, suporte na oferta e todas as campanhas de comunicação, além de planejamento e definição de estratégias. Fica fácil de replicar as práticas mais eficazes e criar uma máquina de vendas.

Justamente nesse último ponto surge o primeiro gargalo. O processo de captação na internacionalização evidencia uma maior dificuldade em identificar o perfil do potencial aluno, de saber onde ele está e de comunicar a oferta de forma assertiva. Isso é natural em qualquer país, independentemente do produto ou serviço ofertado, pois, sempre que temos uma venda voltada para imigrantes, o público-alvo está disperso em uma grande área e misturado aos "nativos". Essa distribuição atípica torna ações de comunicação de massa ineficazes. Aquelas ações de rede, que se apresentam vantajosas e eficientes por beneficiar todos os polos da instituição, não atingem o público externo.

Um outdoor *na Times Square terá menor retorno que o mesmo anúncio na Avenida Paulista e, muito provavelmente, um custo maior.*

É evidente que o esforço comercial precisa ser altamente focado. Além disso, é preciso entender o comportamento daquela comunidade, o tipo de atividade predominante, os objetivos, as relações de troca e os canais de apoio que existem entre eles – fóruns de brasileiros, influenciadores locais e pontos de encontro, por exemplo. Em algumas cidades, existem bairros com lojas de produtos típicos, tele-entrega de comida brasileira, salões de beleza, estabelecimentos que atraem e agrupam o público em questão.

Embora a EAD seja um serviço digital, nesse caso, a comunicação demanda estratégias mais segmentadas e até métodos tradicionais, como materiais impressos em estabelecimentos de bairro, estímulo ao boca a boca, programas de indicações, além é claro, das mídias sociais e Google Ads.

O desafio é que essa estratégia exige planejamento, ***orçamento e acompanhamento dedicados para cada localidade,*** *incompatível com o modelo de expansão doméstico.*

Para entender esses desafios, é fundamental analisar a relação entre oferta e demanda nos polos internacionais e nas regiões das comunidades brasileiras.

Oferta *versus* demanda

Relação população residente* versus *polos existentes

Como qualquer diagnóstico, é importante ancorar nossa percepção em indicadores. Nesse tema, temos alguns números muito importantes com relação a oferta e a demanda, que vão nos ajudar no entendimento de como as comunidades estão sendo abordadas.

O primeiro dado que chama atenção é a distribuição irregular entre a população estimada e a população captada. Observe a seguir a relação entre a distribuição dos brasileiros, alunos matriculados e polos.

Tabela 10 – Distribuição de alunos e polos por região/continente

Região/continente	Pessoas em 2023	%	Matriculados em 2023	%	Polos em 2023	%
Am. Norte	2.078.170	45,2	753	27,3	19	29,2
Europa	1.490.745	32,4	934	33,8	23	35,4
América do Sul	646.730	14,1	20	0,7	2	3,1
Ásia	222.053	4,8	718	26,0	18	27,7
Oriente Médio	59.230	1,3	318	11,5	1	1,5
Oceania	53.430	1,2	0	0	0	0
África	39.600	0,9	18	0,7	2	3,1
América Central	8.777	0,2	0	0	0	0
Total	4.598.735	100	2761	100	65	100

Embora o potencial de crescimento seja evidente em todas as comunidades – dada a baixa captação atual – o desequilíbrio na distribuição da oferta sugere que a expansão está mais vinculada a parcerias pontuais e a fatores comerciais do que a um estudo estratégico de viabilidade por localidade.

Observando a tabela apresentada, somente a Europa parece ter um equilíbrio proporcional entre população, oferta e demanda. Na América do Norte, por exemplo, que concentra 45% dos nossos emigrantes, estão 27% dos alunos matriculados e 29% dos locais de oferta registrados (19).

A análise dos dados da América do Norte revela uma distribuição geográfica desproporcional dos polos EAD. Na região do Consulado Geral de Nova York – que concentra 25% dos brasileiros do continente (500 mil pessoas) – há apenas 3 unidades operacionais. Em contraste, a região de Orlando, com 180 mil brasileiros, dispõe de 4 polos. Já o Canadá, onde residem 133 mil cidadãos brasileiros (90 mil só em Toronto), não tem nenhuma oferta registrada.

Esse padrão similar se repete em outros continentes:

- Europa: é destino de 32% da diáspora brasileira, tem 35% dos polos internacionais (23 unidades). Já a Alemanha (160 mil brasileiros – 10,73% dos residentes na Europa) tem apenas 1 polo, número de unidades que se repete na Itália, que abriga 157 mil brasileiros.
- América do Sul: apresenta quase 650 mil brasileiros, mas apenas 2 polos.

- Japão: tem 200 mil brasileiros (menos que o Reino Unido) e 17 polos, sendo 5 na província de Shizuoka (30 mil pessoas) – uma unidade a mais que Nova York, para uma população 16 vezes menor.

Essa disparidade na distribuição não é o único indicador a ser observado. Tampouco permite determinarmos com precisão o número ideal de oferta em cada localidade. Fatores como perfil dos emigrantes (objetivos, qualificação profissional, intenção de retorno ao Brasil), atrativos locais (oportunidades de trabalho, estudo, acúmulo de recursos financeiros, qualidade de vida) e a existência de estrutura de apoio influenciam a demanda potencial.

No entanto, a baixa correlação entre oferta e densidade populacional sugere que algumas IES estão negligenciando critérios estratégicos na expansão. Essa quebra de hierarquia entre a atenção aos números, a identificação de mercados potenciais e a oportunidade comercial parece estar comprometendo o sucesso das operações. Uma evidência concreta é o fato de que, em 2023, de todos os 65 polos atuando fora do Brasil, apenas 9 (14%) ultrapassaram a barreira dos 100 alunos matriculados. A média de alunos por polo no exterior (42,47) é cerca de um quarto da média nacional (179,83).

A média de alunos por polo internacional é de 42,47, enquanto nos nacionais temos uma média de 179,83. É 4 vezes maior!

Outro ponto importante diz respeito à inadequação de parte da oferta, ou seja, diversos títulos não são úteis ou relevantes para quem não vive no Brasil. Com um portfólio menor, também é menor o número de potenciais alunos.

Em 2023, as matrículas do mercado externo estavam concentradas em 101 cursos. Enquanto no mercado doméstico, eram 256 cursos com alunos ativos.

Conclusões: oportunidades de melhoria e pontos de atenção

Os dados revelam que a internacionalização da EAD exige estratégias de expansão diferenciadas e customizadas para as diferentes realidades geográficas. Aqui foi feita uma observação generalista, focando no “lugar comum” do processo. Ainda assim, alguns pontos de atenção são bem salientes e facilmente evidenciados:

- Foco da expansão em locais com maior número de brasileiros, fazendo análise de praça, observando o ponto comercial e a *performance* da concorrência já existente.
- Aprimoramento das estratégias de marketing e de vendas para conseguir atingir o público-alvo, considerando sua maior diluição.
- Alinhamento do discurso da comunicação aos objetivos do público. É importante deixar claras as vantagens de se fazer um curso no exterior. Capacitação para aumentar suas possibilidades de remuneração, formação visando o retorno para o Brasil ou, ainda, uma formação complementar (para aqueles que estão fora por motivos de estudo) são argumentos que podem ser utilizados.
- Atenção, e dentro da viabilidade, adequação da oferta. Eventualmente cursos técnicos e de qualificação rápida, focados em trabalhos operacionais (elétrica residencial, mecânica, construção civil, gastronomia, técnicas de manipulação e armazenagem de alimentos) agregarão mais possibilidades ao emigrante do que uma graduação em Ciências Contábeis, por exemplo.
- Medir os resultados alcançados e projetar ações considerando os fatores de risco e as flutuações das políticas que afetam os imigrantes em cada país.

Ao passar para a ação, recomendamos voltar o olhar para a realidade de cada local. Nesse sentido, incluímos uma seção de tabulações, um ponto de partida para seus próximos estudos.

Anexos - Dados tabulados

Gráfico 22 – Evolução do número de matriculados por país

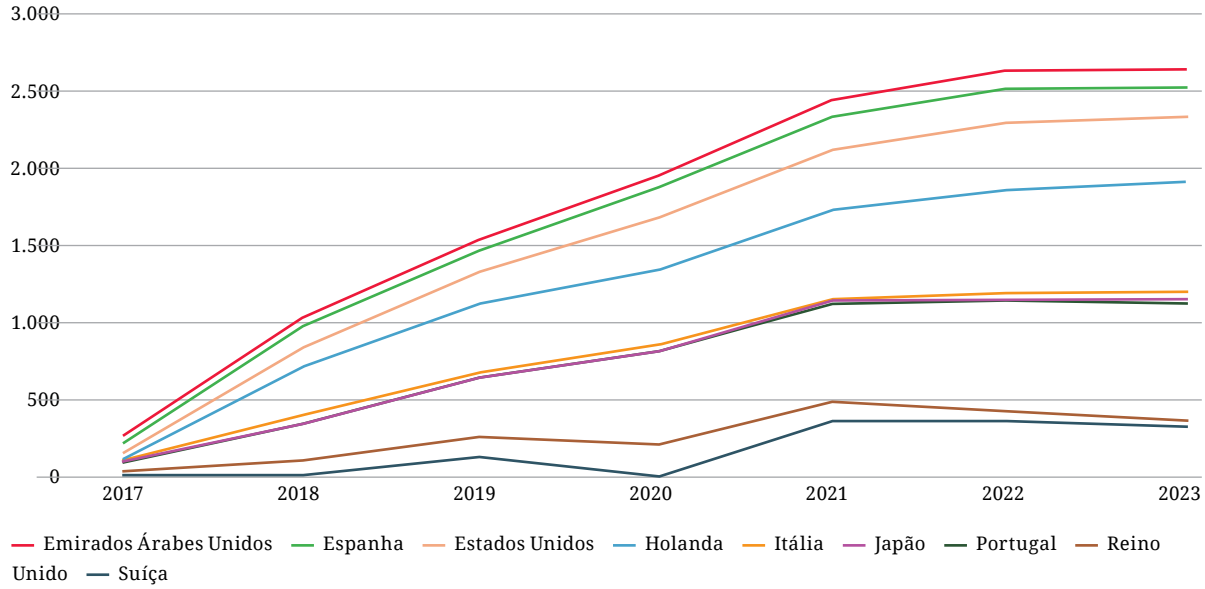


Tabela 11 – Matriculados por país

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Alemanha	77	101	117	131	100	69	39
Angola						12	18
Argentina		0					
Bélgica		37	56	94	55	38	16
China			48	43	50	22	15
Colômbia							4
Emirados Árabes Unidos			124		353	353	318
Espanha	35	102	125	197	123	75	30
Estados Unidos	60	237	387	603	640	710	783
Holanda		29	38	50	26	18	7
Irlanda		45	59	88	49	29	10
Itália						29	64
Japão	12	333	440	474	575	674	703
Portugal	49	135	201	346	399	426	440
Reino Unido	65	124	147	196	202	220	166
Suíça	27	48	57	69	114	125	136
Uruguai		43	60	39	22	10	16
TOTAL	325	1.234	1.859	2.330	2.708	2.810	2.765

Gráfico 23 – Número de polos por país

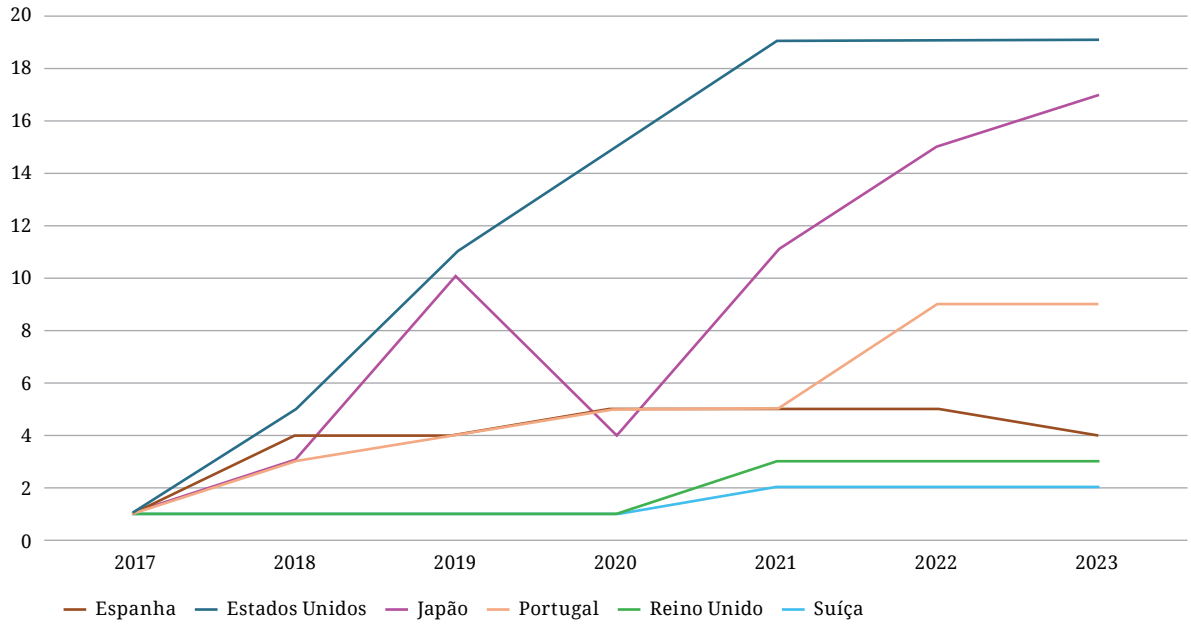


Tabela 12 – Polos por país

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Alemanha	1	1	1	1	1	1	1
Angola	0	0	0	0	0	1	2
Argentina	0	1	0	0	0	0	0
Bélgica	0	1	1	1	1	1	1
China	0	0	1	1	1	1	1
Colômbia	0	0	0	0	0	0	1
Emirados Árabes Unidos	0	0	1	0	1	1	1
Espanha	1	4	4	5	5	5	4
Estados Unidos	1	5	11	15	19	19	19
Holanda	0	1	1	1	1	1	1
Irlanda	0	1	1	1	1	1	1
Itália	0	0	0	0	0	1	1
Japão	1	3	10	4	11	15	17
Portugal	1	3	4	5	5	9	9
Reino Unido	1	1	1	1	3	3	3
Suíça	1	1	1	1	2	2	2
Uruguai	0	1	1	1	1	1	1

Gráfico 24 – Número de IES por país

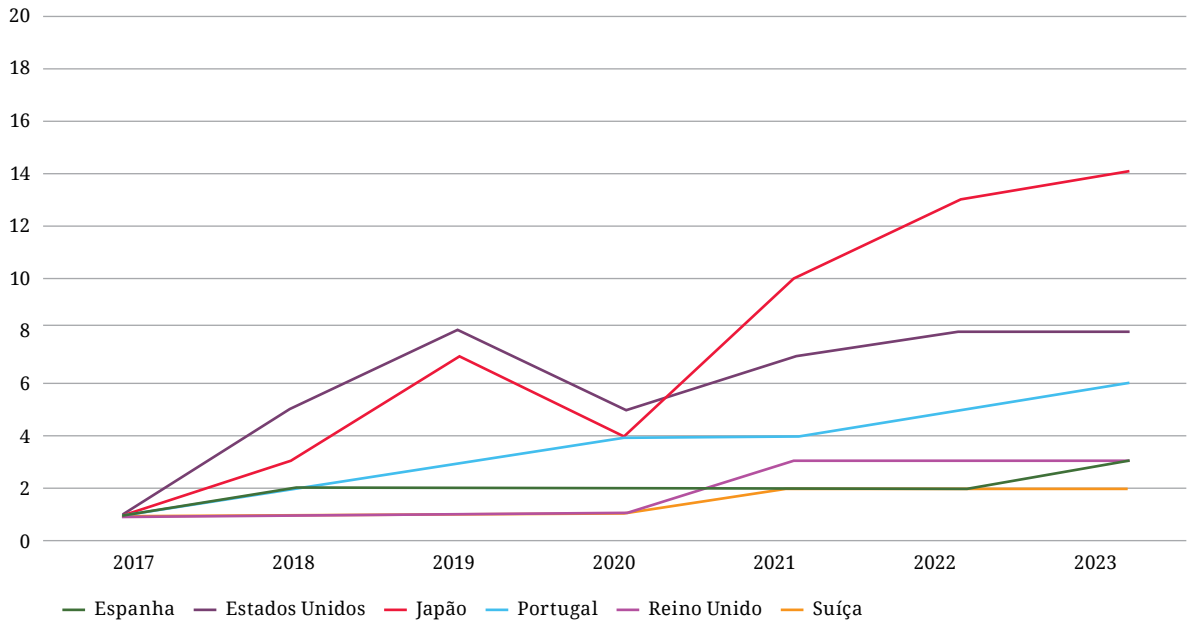


Tabela 13 – IES

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Alemanha	1	1	1	1	1	1	1
Angola	0	0	0	0	0	1	2
Argentina	0	1	0	0	0	0	0
Bélgica	0	1	1	1	1	1	1
China	0	0	1	1	1	1	1
Colômbia	0	0	0	0	0	0	1
Emirados Árabes Unidos	0	0	1	0	1	1	1
Espanha	1	2	2	2	2	2	3
Estados Unidos	1	5	8	5	7	8	8
Holanda	0	1	1	1	1	1	1
Irlanda	0	1	1	1	1	1	1
Itália	0	0	0	0	0	1	1
Japão	1	3	7	4	10	13	14
Portugal	1	2	3	4	4	5	6
Reino Unido	1	1	1	1	3	3	3
Suíça	1	1	1	1	2	2	2
Uruguai	0	1	1	1	1	1	1

Gráfico 25 – Cidades com ofertas por país

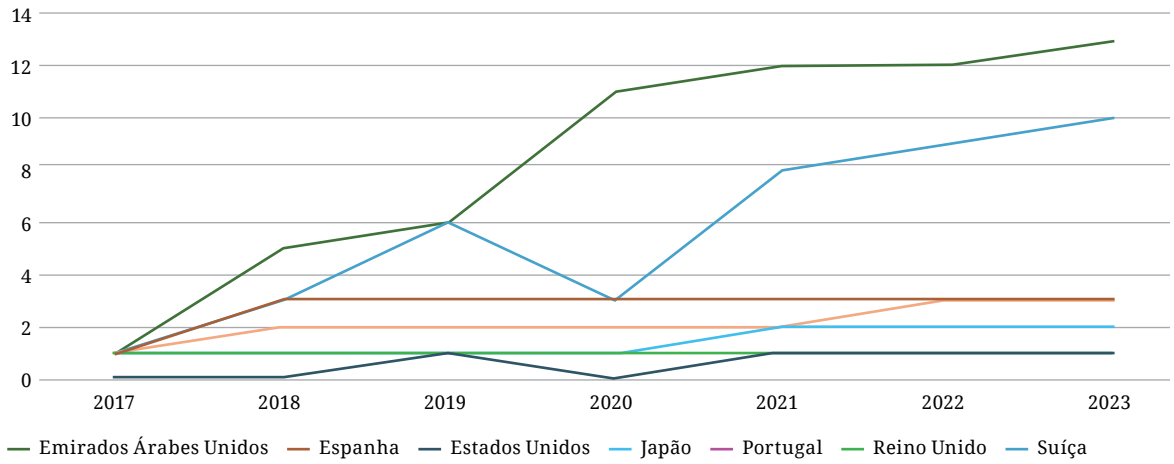


Tabela 14 – Cidades

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Alemanha	1	1	1	1	1	1	1
Angola	0	0	0	0	0	1	2
Argentina	0	1	0	0	0	0	0
Bélgica	0	1	1	1	1	1	1
China	0	0	1	1	1	1	1
Colômbia	0	0	0	0	0	0	1
Emirados Árabes Unidos	0	0	1	0	1	1	1
Espanha	1	3	3	3	3	3	3
Estados Unidos	1	5	6	11	12	12	13
Holanda	0	1	1	1	1	1	1
Irlanda	0	1	1	1	1	1	1
Itália	0	0	0	0	0	1	1
Japão	1	3	6	3	8	9	10
Portugal	1	2	2	2	2	3	3
Reino Unido	1	1	1	1	1	1	1
Suíça	1	1	1	1	2	2	2
Uruguai	0	1	1	1	1	1	1

MercadoEdu – Inteligência de dados para decisões estratégicas no mercado educacional

Desde 2012, a MercadoEdu é a plataforma líder em análise de mercado e inteligência competitiva para o setor de educação no Brasil. Nossa solução transforma dados complexos em *insights* acionáveis, ajudando instituições, investidores e gestores a:

- Antecipar tendências com base em dados georreferenciados, regressões históricas e comparativos.
- Otimizar estratégias usando a maior base de mensalidades do setor (4+ milhões de ofertas atualizadas semanalmente).
- Reduzir riscos com indicadores confiáveis, extraídos de fontes públicas e processados por nossa tecnologia.

Como fazemos isso?

- Armazém de dados unificado: integramos as principais bases públicas do setor educacional (instituições, alunos, cursos, docentes).
- Ferramentas intuitivas: possibilitamos ao usuário a geração de gráficos, relatórios e mapas personalizados em poucos cliques.
- *Benchmarking* avançado: permitimos a comparação de desempenho, mensalidades e captação de alunos com concorrentes em todo o Brasil.
- Única plataforma que combina dados oficiais, inteligência geográfica e a maior base de mensalidades do país, atualizada semanalmente.

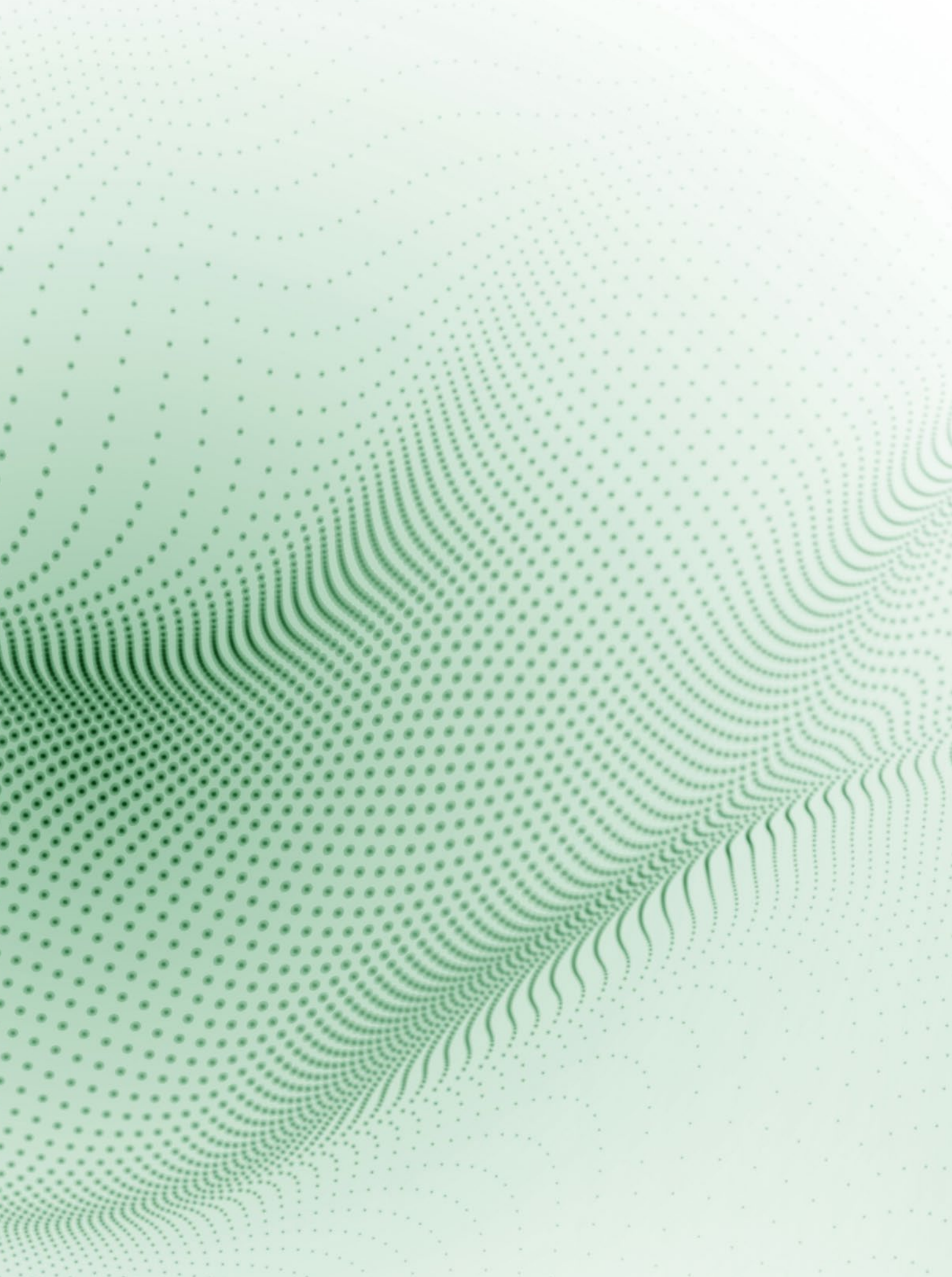
Sobre os autores

Leonardo Labres tem mais de 20 anos na área de educação. Tecnólogo em Marketing, atuou como professor no segmento de tecnologia, analista fiscal, assessor e analista de marketing (com foco em desenvolvimento web e comunicação digital). Há 13 anos, é sócio e diretor comercial da MercadoEdu, onde atende mais de 200 instituições de ensino superior.

Parte 5

Grupo Crátilo: liderança estratégica e inovação na gestão de instituições de ensino

Bruno A. A. Barreto



No dinâmico e desafiador cenário da educação superior, o Grupo Crátilo se estabelece como uma entidade estratégica, dedicada à gestão de alta *performance* para instituições de ensino superior (IES). Com uma equipe de executivos e especialistas que acumulam mais de duas décadas de experiências reais e inovadoras, o Grupo Crátilo se destaca em áreas como governança universitária, inteligência de mercado e *marketing* educacional.

Nosso propósito primordial é identificar, desenvolver e implementar oportunidades de negócios que assegurem o alinhamento contínuo de nossos clientes com as transformações do mercado educacional.

Todas as marcas que compõem o Grupo Crátilo compartilham um objetivo central: oferecer soluções personalizadas e integradas. Essas soluções são desenhadas para atender às exigências específicas de cada instituição, garantindo que elas permaneçam em sintonia com os desafios persistentes de captação de alunos, retenção e sustentabilidade financeira.

Nosso compromisso com a excelência e a inovação se reflete em uma abordagem centrada em resultados, que ajusta e otimiza as metas e as necessidades particulares de cada instituição de ensino, promovendo um crescimento sustentável e adaptativo.

Pilares de excelência do Grupo Crátilo

A atuação do Grupo Crátilo é fundamentada em pilares estratégicos que garantem a entrega de valor e a diferenciação no mercado educacional. São eles:

- Inteligência de mercado – data-driven: o Grupo Crátilo adota uma metodologia orientada por dados. Utilizamos modelos analíticos para guiar decisões estratégicas e realinhar práticas de mercado de forma contínua. Mantemos um ciclo ininterrupto de pesquisa aprofundada, diagnóstico preciso e análise preditiva, assegurando que nossas estratégias não sejam apenas eficazes no curto prazo, mas também constantemente atualizadas e adaptadas às tendências emergentes.
  Essa abordagem nos capacita a fornecer *insights* acionáveis, que são transformados em ações práticas. Tais ações auxiliam as IES a identificarem oportunidades de crescimento, otimizar o funil de captação, prever o comportamento do estudante e mitigar riscos potenciais. Nossas análises incluem desde a segmentação de mercado e a análise da concorrência até a otimização de campanhas de *marketing* digital e a projeção de demanda por cursos, oferecendo uma visão 360 graus do ecossistema educacional.
- Operação on-demand: com serviços personalizados e modelos de engajamento exclusivos, nossas soluções se adaptam com flexibilidade às necessidades específicas de cada parceiro. Oferecemos uma estrutura modular que permite aos parceiros contratar apenas os serviços essenciais, otimizando recursos, minimizando custos fixos e promovendo a eficiência operacional.
  Esse modelo *on-demand* e sob medida possibilita que as instituições selecionem e implementem soluções que realmente agreguem valor aos seus objetivos estratégicos e operacionais. Seja para uma campanha pontual de captação, seja para um projeto de reestruturação financeira, seja para a implementação de uma nova metodologia de ensino, nossa agilidade e nossa escalabilidade são diferenciais que permitem uma resposta rápida e assertiva às demandas do mercado, garantindo que cada investimento gere o máximo retorno.
- Executivos experientes com liderança comprovada: nosso time é composto por executivos com experiência e liderança comprovada em governança administrativa-financeira, marketing educacional, inteligência comercial e gestão acadêmica. Com décadas de atuação em diversos tipos de instituições de ensino – desde grandes grupos a faculdades especializadas e redes de ensino básico –, proporcionamos conhecimento abrangente e diferenciado sobre os desafios e as melhores práticas do setor.
  Essa liderança experiente é fundamental para antecipar questões complexas, mitigar riscos, implementar soluções inovadoras e sustentáveis a longo prazo e conduzir as IES por processos de transformação digital e cultural, assegurando sua relevância e competitividade.

Estrutura corporativa e proposta de valor integrada

A estrutura do Grupo Crátilo foi projetada para maximizar a entrega de valor às IES por meio de um portfólio de empresas especializadas. Cada uma dessas empresas foca em aspectos complementares do ecossistema educacional, operando em sinergia para oferecer uma abordagem holística e integrada. Todas as marcas atuam sob um objetivo comum: capacitar nossos clientes não apenas a captar e a reter novos estudantes de forma eficaz, mas também a manter uma sólida saúde financeira, a otimizar a gestão acadêmica e a alcançar sucesso duradouro em um ambiente cada vez mais competitivo.

- Caimán Digital: especialista em *marketing* digital, a Caimán Digital dedica-se a estratégias de atração e conversão que otimizam a captação de alunos por meio de canais digitais de alta performance. Seus serviços incluem campanhas publicitárias em plataformas como Google Ads e Meta Ads, gestão de tráfego pago, otimização para motores de busca (SEO On-Page, Off-Page e Técnico), criação e otimização de sites com foco em User Experience (UX) e conversão, marketing de conteúdo, automação de marketing e gestão de Customer Relationship Management (CRM). O foco principal é maximizar o Return on Investment (ROI) e otimizar a conversão de *leads* por meio de análise detalhada do funil de vendas e atribuição de resultados.
- Crátilo Educacional: pioneira no modelo CMO as a Service (Chief Marketing Officer as a Service), a Crátilo Educacional lidera estratégias de *marketing* e gestão comercial para IES. Esse modelo inovador oferece às IES acesso a uma liderança de *marketing* sênior, integrada à equipe, sem a necessidade de uma contratação permanente, proporcionando agilidade e expertise.
  Seus pilares de excelência incluem a execução de ações estratégicas de comunicação e vendas, desde o posicionamento de marca e gestão de reputação até o treinamento das equipes de admissão e a otimização do processo de matrícula. O objetivo é garantir resultados mensuráveis e sustentabilidade financeira para os parceiros, com foco em *marketing* educacional, inteligência comercial e otimização da jornada do aluno.
- B2EDU: atua na governança e na inteligência de mercado, oferecendo soluções completas para a expansão e a eficiência das instituições de ensino básico e superior. Seu trabalho assegura solidez institucional e a capacidade de adaptação às mudanças do mercado. Os principais serviços prestados englobam consultoria em governança corporativa e acadêmica, planejamento estratégico de longo prazo e inteligência de mercado aprofundada. Isso inclui análise da concorrência, identificação de tendências, desenvolvimento de novos cursos e programas e estudos de viabilidade para expansão, todos adaptados para maximizar o impacto e a eficiência das operações e assegurar a conformidade regulatória.

O Grupo Crátilo se posiciona, portanto, como um alicerce de inovação e eficiência no cenário educacional brasileiro. Guiado por uma abordagem de qualidade, que se estende do planejamento estratégico à execução tática, busca continuamente criar oportunidades que permitam aos parceiros alinhar-se às melhores práticas, tecnologias e inovações do mercado global.

Com executivos experientes, uma visão estratégica clara e um compromisso com resultados, cada marca do grupo oferece soluções que fortalecem a capacidade das IES de prosperar em um ambiente dinâmico e competitivo. Convidamos as instituições a descobrir como o Grupo Crátilo pode beneficiar sua organização de forma sustentável, inovadora e com foco na perenidade.

A metodologia *data-driven* do Grupo Crátilo: transformando dados em ação

No atual cenário educacional, a inteligência de mercado e a análise de dados desempenham um papel absolutamente fundamental na construção de estratégias eficazes. O Grupo Crátilo se estabeleceu como líder no segmento, utilizando uma metodologia *data-driven* que transcende a mera coleta de informações, transformando-as em *insights* acionáveis e valiosos.

Essa abordagem sistemática orienta tanto o planejamento estratégico quanto a execução operativa das IES, permitindo decisões fundamentadas em evidências, e não apenas em intuição. O ciclo contínuo de coleta, análise, interpretação e aplicação de dados é a espinha dorsal para a otimização de *performance* e a sustentabilidade no mercado educacional.

Produtos e capacidades de pesquisa

O Grupo Crátilo se destaca como uma referência de mercado em pesquisas para o segmento educacional. Com metodologia ressonante e rigorosa, nossos estudos não somente reforçam a posição de líderes de mercado das IES, mas também impulsionam a inovação e o sucesso sustentável.

A nossa capacidade de transformar dados brutos em conhecimento acionável, considerando a integridade dos dados e a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), faz do Grupo Crátilo um parceiro para instituições que buscam melhorar sua estratégia de captação, otimizar a retenção de alunos, adaptar-se rapidamente às mudanças do setor e prosperar em um ambiente educativo cada vez mais competitivo.

O **Instituto de Pesquisas do Grupo Crátilo** é um recurso vital para gestores educacionais que buscam compreender as nuances do mercado e antecipar tendências. Nossos estudos abrangem cenários nacional, regional e institucional, fornecendo uma visão completa do potencial de mercado, da dinâmica competitiva e das oportunidades de crescimento.

Utilizamos uma combinação de metodologias quantitativas e qualitativas, baseadas em dados primários (coletados diretamente) e secundários (de fontes públicas e privadas), garantindo a profundidade e a validade estatística das análises:

- Áreas de foco da pesquisa:
  - Cenário de mercado nacional e regional: analisamos tendências macroeconômicas (demografia, renda per capita, políticas governamentais) e específicas do setor (regulamentação, inovações tecnológicas), incluindo o comportamento histórico de modalidades como presencial e educação a distância (EAD). Por meio de *time series analysis* e projeções estatísticas, identificamos oportunidades de expansão, otimização de portfólio e melhoria de desempenho, bem como riscos potenciais.
  - Perfis de ingressantes e matrículas: desenvolvemos perfis detalhados de alunos em potencial, segmentando-os por dados demográficos, socioeconômicos, motivações de escolha, preferências de aprendizagem e proficiência digital. Essa análise aprofundada, muitas vezes complementada por cluster analysis, destaca diferenças entre modalidades de ensino e seu impacto operacional, subsidiando a personalização de campanhas de marketing e a adaptação da oferta educacional.
  - Análise de concorrência: produzimos relatórios abrangentes sobre as principais tendências e movimentos competitivos dos *players* educacionais. Isso inclui mapeamento de estratégias de precificação, investimento em *marketing*, lançamento de novos programas, reputação de marca e satisfação dos alunos dos concorrentes. Dá-se ênfase à identificação de segmentos em crescimento, ao volume de cursos por área e à análise de *market share*, permitindo que as IES se posicionem estrategicamente.

Os estudos realizados pela Crátilo incluem projeções de cinco anos, utilizando modelos preditivos e *scenario planning* para fornecer cenários de crescimento (otimista, realista, pessimista) que permitem tomadas de decisão proativas e baseadas em dados sólidos, mitigando riscos e maximizando o retorno sobre o investimento.

O Grupo Crátilo compartilha parte de seu conhecimento para fomentar o debate e o desenvolvimento do setor educacional, oferecendo estudos de alto valor estratégico que se tornaram referências no mercado, sendo três deles divulgados gratuitamente ao setor:

1. ***Tracking* Educacional Crátilo:** esse é um balanço trimestral detalhado do desempenho dos principais grupos educacionais listados na B3. O estudo mapeia o desempenho financeiro (receita, EBITDA, margens) e de captação (número de matrículas,

conversion rates), utilizando dados de relatórios públicos e comunicados ao mercado.
Essa análise auxilia as IES a comparar seus resultados com *benchmarks* de mercado, a identificar as melhores práticas e a ajustar suas estratégias de investimento em *marketing* e vendas. O relatório do primeiro trimestre de 2025, por exemplo, confirma a força dos dados como vantagem competitiva. Em sua oitava edição, o relatório demonstra que o setor mostrou resiliência, mas a pressão regulatória exige mudança de mentalidade e de modelo de negócio. A partir do relatório, verifica-se que IES que se destacam combinam disciplina financeira (baixo PMR), *marketing* eficiente, retenção e diferenciação de portfólio.
Enquanto a Vitru destina 20% da receita líquida para *marketing*, a Ser Educacional opera com 5,8%. Ambos os grupos cresceram, mas com estratégias distintas — o que levanta questões sobre eficiência, posicionamento e retorno sobre investimento. Na EAD, em mais de um grupo, a evasão ultrapassa os 20%. Aos leitores mais atentos, o relatório aponta caminhos possíveis para mitigar esses números sem comprometer a margem ou o crescimento da base. A profissionalização da gestão e o uso de dados de mercado passam a ser condições essenciais para a sustentabilidade no novo ciclo da educação superior, principalmente para a EAD.

2. **Panorama da Captação Brasileira**: realizado semestralmente, esse estudo envolve entrevistas qualitativas aprofundadas com gestores de *marketing* de IES de todo o Brasil. Por meio de uma análise temática e de conteúdo, oferece *insights* sobre níveis de satisfação com as ferramentas de captação, desafios operacionais e perspectivas estratégicas para o próximo ciclo.
Esse relatório aborda detalhadamente os custos de aquisição de alunos (CAC) por canal e modalidade e analisa como diferentes contextos (geográficos, econômicos e culturais) afetam as operações das IES, influenciando, por exemplo, a escolha de canais de *marketing*, a relevância de programas de estudo e as estratégias de precificação regional.
No relatório que retrata o primeiro semestre (25.1), no âmbito da EAD, a pesquisa identificou que apenas 21% das IES atingiram suas metas de captação, com 67% dos respondentes registrando um CAC de até R$ 500.
São dados que revelam oportunidades claras para reduzir custos e ampliar a viabilidade financeira da educação a distância. Esse tipo de inteligência de mercado guia as instituições a aperfeiçoarem suas alocações orçamentárias, ajustando canais e parcerias externas para maximizar o retorno sobre investimento.

3. **Educação Superior Particular nas Regiões Brasileiras**: relatório anual que analisa informações do Censo da Educação Superior, é a fonte oficial de dados educacionais no Brasil. Esse estudo destaca, por exemplo, o papel crucial da EAD na democratização do acesso à educação em regiões historicamente desabastecidas, identificando *gaps* de oferta e demanda. Com o auxílio de análises georreferenciadas e estatísticas descritivas, o estudo fornece *insights* sobre tendências regionais, sobre a evolução da matrícula universitária total e o impacto da EAD na redução de desigualdades educacionais, subsidiando decisões sobre a expansão de polos, lançamento de novos cursos e parcerias estratégicas.

As pesquisas e as análises orientadas por dados do Grupo Crátilo continuam a moldar o futuro da educação, promovendo um cenário no qual a qualidade, a acessibilidade e a eficiência são prioridades. Nosso compromisso é continuar impulsionando o setor, oferecendo não apenas informações, mas soluções estratégicas que realmente façam a diferença na educação a distância e presencial, contribuindo para o crescimento e a excelência das instituições parceiras.

Análises e impactos da EAD: um vetor de transformação

A EAD tem se revelado um vetor crucial para a ampliação do acesso à educação superior no Brasil, redefinindo o panorama educacional. Nos últimos anos, essa modalidade de ensino não apenas dobrou o número de ingressantes no ensino superior particular,

atingindo 7,9 milhões de matrículas em 2023, mas também expandiu significativamente a capilaridade educacional, passando de 1,6 mil para mais de 3,3 mil cidades com polos EAD.

Esse avanço é impulsionado por um crescente reconhecimento dos modelos de aprendizagem flexíveis e acessíveis, que são fundamentais para a democratização da educação. A tecnologia, por meio de plataformas, recursos interativos e ferramentas de comunicação síncronas e assíncronas, tem sido o pilar dessa expansão, permitindo que a EAD supere barreiras geográficas e temporais e tornando a educação superior uma realidade para um público mais amplo e diversificado.

O recente marco regulatório da EAD também desafia as IES a repensarem a estrutura de seus cursos e a operação, exigindo maior rigor na qualidade pedagógica e na infraestrutura tecnológica. É crucial adaptar-se às mudanças para garantir qualidade e acessibilidade, aproveitando o prazo de dois anos para investir em tecnologia (como plataformas de simulação, laboratórios virtuais e ferramentas de *proctoring*), capacitação de docentes em metodologias ativas e pedagogia *on-line* e inovação pedagógica (como gamificação e personalização do aprendizado).

A conformidade com as novas diretrizes não é apenas uma obrigação legal, mas uma oportunidade estratégica para as IES se diferenciarem no mercado, oferecendo uma experiência educacional superior e mais alinhada às expectativas dos alunos e às demandas do mercado de trabalho.

Inteligência de mercado e estratégias de captação na EAD

Os estudos realizados pelo Grupo Crátilo demonstram que a inteligência de mercado é essencial para fortalecer a posição das IES no segmento de EAD. Ao integrar dados de diversas fontes – que incluem informações demográficas, socioeconômicas, análise da concorrência, comportamento do estudante e demanda por cursos – nossas análises oferecem uma visão precisa das oportunidades de crescimento.

Essa abordagem *data-driven* é fundamental para a calibragem das estratégias de captação de alunos e para a otimização de investimentos em *marketing*, garantindo que os recursos sejam alocados de forma eficiente para maximizar o *Return on Investment* (ROI).

A utilização estratégica de ferramentas digitais, como otimização para mecanismos de busca (SEO) para visibilidade orgânica, campanhas de tráfego pago (SEM, mídias sociais) com segmentação precisa e sistemas de *Customer Relationship Management* (CRM) para nutrição de *leads* e gestão do funil de vendas, tem se mostrado eficaz na melhoria dos resultados. Prova disso é que 67% das instituições participantes do estudo Panorama da Captação Brasileira que adotam essas práticas registram um CAC de até R$ 500, demonstrando a eficiência de uma abordagem digital e baseada em dados.

Análise de dados e contribuições estratégicas

O cruzamento entre os dados do Censo da Educação Superior de 2023 e os relatórios internos do Grupo Crátilo evidencia padrões relevantes para a formulação de estratégias institucionais na EAD. Destaca-se, por exemplo, o crescimento de polos EAD em municípios de pequeno e médio porte, sobretudo no interior do Sudeste e do Nordeste, regiões que concentram grande parte dos ingressantes da modalidade.

As análises também revelam discrepâncias importantes entre o crescimento de matrículas e a sustentabilidade financeira das operações. Enquanto os ingressantes aumentam, muitas IES enfrentam dificuldades para manter índices de retenção e desempenho satisfatórios. A correlação entre *ticket* médio, evasão e custo por aquisição, quando analisada por microrregião, torna-se uma ferramenta crítica para o planejamento.

Outro ponto de atenção é a distribuição das verbas de *marketing* e vendas, com grandes grupos variando entre 5% e 22% do total da receita líquida – conforme apontado no *Tracking Educacional Crátilo*. Instituições que aplicam inteligência na alocação desses recursos, direcionando-os conforme canais de maior *performance* regional, demonstram melhores resultados na conversão de *leads* e na expansão da base ativa.

Considerações finais

Ao longo dos últimos anos, a EAD se consolidou como um vetor de democratização e expansão do ensino superior no Brasil. No entanto, o seu sucesso não depende apenas da oferta massiva de vagas ou da flexibilidade de acesso. Cada vez mais, as instituições precisam tomar decisões embasadas por dados.

A atuação do Grupo Crátilo mostra que o uso de inteligência de mercado pode transformar a maneira como as IES planejam, investem e crescem. A simulação apresentada reforça que, mesmo em cenários desafiadores, é possível obter resultados expressivos com base em análises consistentes e foco regionalizado. A união entre dados públicos e inteligência proprietária permite não apenas entender o presente, mas sobretudo antecipar o futuro.

Ao olhar para o crescimento da EAD, é fundamental que o setor avance também em qualidade, retenção e empregabilidade. Que os dados inspirem a ação e que a ação seja cada vez mais estratégica e responsável diante do impacto social da educação.

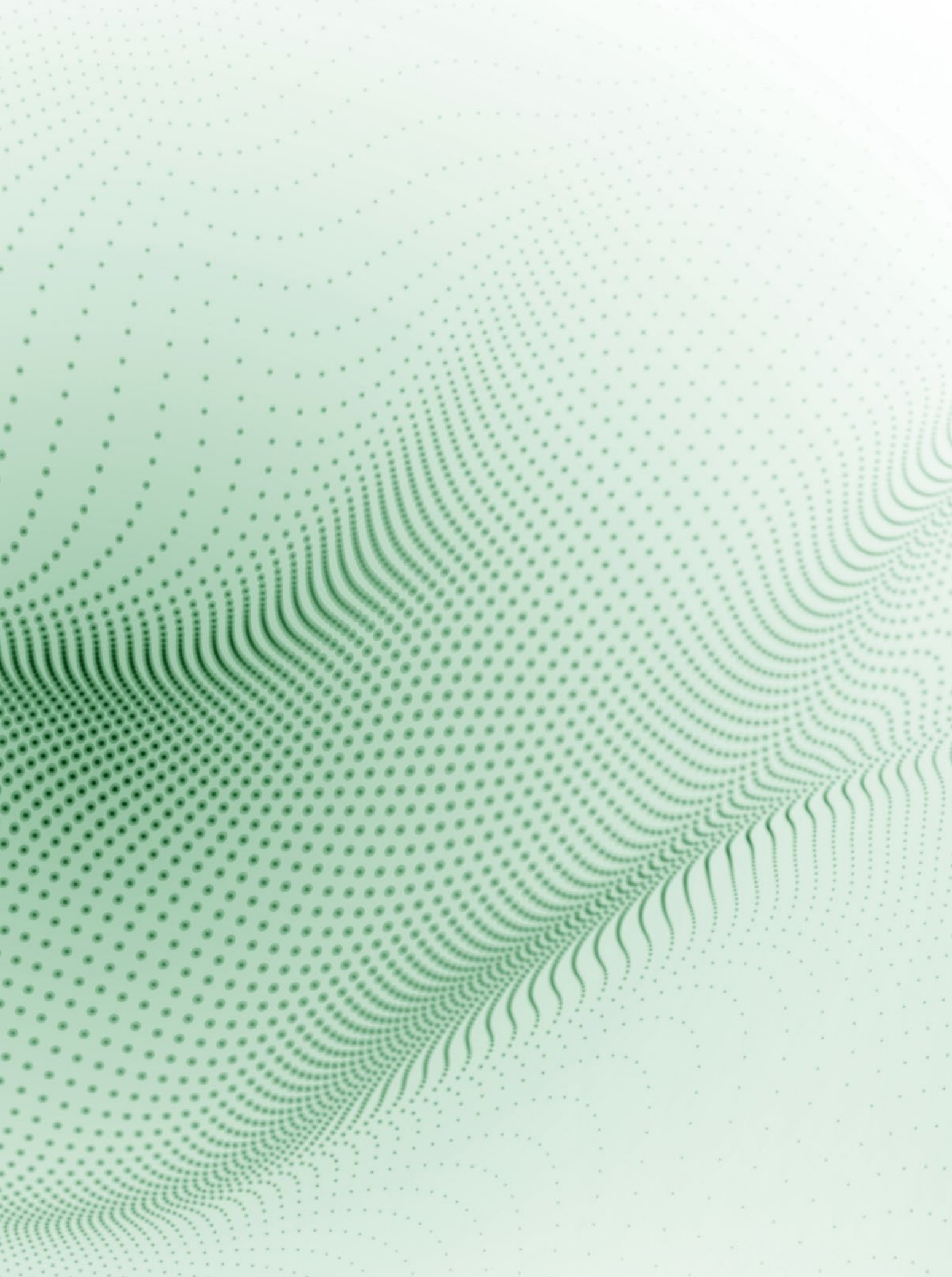
Sobre o autor

Bruno A. A. Barreto é doutor em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp)/Universidad Pontificia de Salamanca - Espanha, tem MBA em Gestão Universitária e especialização em Gestão de Empresas Familiares pela Fundação Getulio Vargas (FGV) e Governança Corporativa pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Tem mais de 20 anos como executivo no setor educacional e acumulou sólida experiência em gestão administrativa, mercadológica, acadêmica, planejamento e expansão institucional. Ocupou cargos de liderança como diretor de Ensino, COO e CMO, diretor geral, além de ter sido Head de EAD na Universidade Católica de Brasília (UCB) e executivo do Grupo UBEC. Durante oito anos, atuou como avaliador do MEC/INEP para credenciamento de IES EAD. Atualmente, é Presidente do Grupo Crátilo, Conselheiro em IES e coordenador do MBA em “Gestão e Mercado Educacional” do Centro Universitário Belas Artes.

Parte 6

Cetic.br e NIC.br: 20 anos de produção de estudos e indicadores sobre a disseminação de tecnologias digitais nos diversos setores da sociedade

Daniela Costa



O Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br)[1] é um centro de pesquisa do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br (NIC.br)[2] vinculado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)[3] e responsável pela produção de indicadores, estatísticas e estudos sobre o acesso, o uso e a apropriação da internet, que divulga análises e informações periódicas sobre o desenvolvimento da rede no país.

O CGI.br foi constituído em 1995, por determinação do Ministério de Ciência e Tecnologia e do Ministério das Comunicações, com a atribuição de coordenar e integrar as iniciativas relacionadas à internet no Brasil. Esse órgão é responsável por estabelecer diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e ao desenvolvimento da rede, coordenando e integrando todas as iniciativas de serviços de internet no país e promovendo a qualidade técnica, a inovação e a disseminação dos serviços ofertados.

Os princípios de multissetorialismo e de transparência são a base do modelo de governança da internet adotado pelo CGI.br. De acordo com esse modelo, todos os setores da sociedade são partícipes das decisões, de forma equânime. O Decreto n. 4.829, de 3 de setembro de 2003[4], estabeleceu a composição do CGI.br, formada por nove representantes do setor governamental, quatro do setor empresarial, quatro do terceiro setor, três da comunidade científica e tecnológica e um representante de notório saber em assuntos de internet.

No início dos anos 2000, a intensa expansão da internet no país levou o CGI.br a transferir as funções executadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) de administração do *country code top-level domain* (ccTLD) .br para uma instituição independente. Dessa forma, em 2003, o NIC.br foi formalmente estabelecido e, em 2005, passou a ser a instituição responsável pela administração das ações do registro de nomes sob o domínio **.br**.

O NIC.br é uma entidade civil, de direito privado e sem fins lucrativos. Além de implementar as decisões e os projetos do CGI.br e coordenar o registro de nomes de domínio .br (Registro.br), esse órgão tem ainda outras atribuições que são lideradas pelos centros de pesquisa que o compõem, tais como: estudar, responder e tratar incidentes de segurança digital no Brasil (CERT.br), estudar e pesquisar tecnologias de redes e operações (Ceptro.br), implementar e operar os pontos de troca de tráfego (IX.br), viabilizar a participação da comunidade brasileira no desenvolvimento global da Web e subsidiar a formulação de políticas públicas (Ceweb.br), abrigar o escritório do W3C no Brasil (W3C Capítulo São Paulo) e acompanhar o desenvolvimento e a apropriação de sistemas baseados em inteligência artificial nos setores da sociedade (Observatório Brasileiro de Inteligência Artificial – OBIA). Por fim, a atribuição de produção de indicadores sobre a disseminação das tecnologias de informação e comunicação (TIC) nos diversos setores sociais ficou a cargo do Cetic.br.

Desde 2005, o Cetic.br tem produzido estudos quantitativos e qualitativos, baseados em metodologias e marcos referenciais nacionais e internacionais, que em permitem ao país acesso gratuito a dados periódicos e comparáveis sobre a inclusão digital da população e os impactos da transformação digital nas organizações públicas e privadas. Essa relevante atuação na ampliação do acesso à informação sobre o ecossistema digital no país levou o Cetic.br a ser reconhecido como um Centro Regional de Categoria II da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), ampliando a sua atuação na promoção de metologias de medição sobre tais temas também para os países da América Latina e o Caribe e os países lusófonos da África.

O Cetic.br produz anualmente as pesquisas **TIC Domicílios**, que investiga a população brasileira com 10 anos de idade ou mais, **TIC Kids Online Brasil**, realizada com crianças e adolescentes de 9 a 17 anos de idade, **TIC Educação**, que entrevista alunos, professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares em instituições educacionais de ensino fundamental e médio, **TIC Saúde**, que investiga a adoção de tecnologias digitais por estabelecimentos de saúde e profissionais como médicos e enfermeiros, e **TIC Empresas**,

1 Mais informações em: <https://cetic.br/>.
2 Mais informações em: <https://nic.br/>.
3 Mais informações em: <https://cgi.br/>.
4 Decreto de n. 4.829, de 3 de setembro de 2003. Dispõe sobre a criação do Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br, sobre o modelo de governança da Internet no Brasil, e dá outras providências. Mais informações em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4829.htm>.

realizada em pequenas, médias e grandes empresas com dez ou mais pessoas ocupadas.

Além disso, essa instituição produz estudos bienais e trienais, como **TIC Governo**, que investiga a adoção de tecnologias digitais em órgãos federais, estaduais e municipais, **TIC Cultura**, que coleta dados com equipamentos culturais brasileiros, **TIC Provedores**, que mapeia o provimento de serviços de internet, e **TIC Organizações sem fins lucrativos**, realizada em organizações da sociedade civil.

A TIC Domicílios e a TIC Educação são duas das pesquisas produzidas pelo Cetic.br que abordam o tema da participação da população em iniciativas na modalidade de educação a distância (EAD) no Brasil. A Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios[5] é um estudo amostral realizado desde 2005, cujo objetivo é mapear o acesso às tecnologias digitais nos domicílios particulares permanentes do país e suas formas de uso por indivíduos com 10 anos de idade ou mais. Ela segue padrões metodológicos e indicadores definidos internacionalmente, especialmente os referenciais da iniciativa multissetorial Partnership on Measuring ICT for Development, liderada pela União Internacional de Telecomunicações (UIT), como o Manual for Measuring ICT Access and Use by Households and Individuals.

A amostra da pesquisa é baseada no Censo Demográfico e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnadc), disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As entrevistas para a coleta de dados da pesquisa TIC Domicílios ocorrem de forma presencial, em domicílios localizados em áreas urbanas e rurais.

A Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras: TIC Educação[6] também é um estudo amostral, implementado desde 2010, cujo objetivo é investigar a oferta de tecnologias digitais em escolas públicas (municipais, estaduais e federais) e privadas de ensino fundamental e médio, localizadas em áreas urbanas e rurais, e o seu uso por estudantes e educadores nas atividades de ensino e de aprendizagem e por gestores nas iniciativas de gestão escolar. Além disso, a pesquisa também contempla indicadores sobre o acesso, o uso e a apropriação das tecnologias digitais por estudantes e professores fora do ambiente escolar, com o intuito de compreender as desigualdades, as oportunidades e os desafios da adoção de recursos digitais na prática pedagógica dos professores e no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos.

A amostra da pesquisa é baseada no Censo Escolar da Educação Básica, disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e contempla as escolas ativas que tenham classes de ensino fundamental (a partir do 4º ano) e médio, de ensino regular. Nos anos ímpares, a pesquisa é realizada por telefone (*computer-assisted telephone interviewing* – CATI) apenas com gestores escolares. Nos anos pares, a coleta de dados ocorre presencialmente (*computer-assisted personal interviewing* – CAPI) e são entrevistados alunos, professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares das turmas de ensino fundamental e médio selecionadas na amostra.

Acesso e participação em cursos a distância pela população brasileira

De acordo com a edição 2024 da pesquisa TIC Domicílios[7], 18% dos usuários de internet com 10 anos de idade ou mais haviam participado de cursos a distância nos três meses anteriores à realização da pesquisa, que ocorreu entre março e agosto de 2024. Em 2008, primeira vez que esse dado foi coletado pela pesquisa, ainda por meio de um item de resposta com uma redação diferente das edições posteriores – fazer cursos *on-line* – 10% dos usuários de internet respondiam afirmativamente à pergunta.

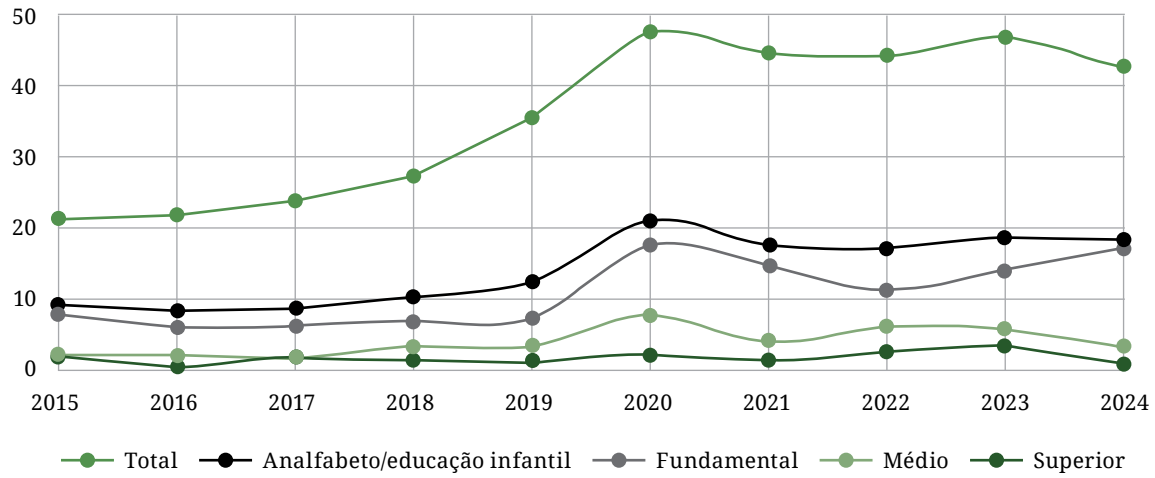
Em 2020, durante a pandemia covid-19, a proporção de usuários de internet que afirmou realizar cursos na modalidade a distância chegou a 21%. O maior patamar foi registrado entre os usuários de internet

5 Mais informações em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/>.
6 Mais informações em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/educacao/>.
7 As tabelas de indicadores da pesquisa TIC Domicílios podem ser acessadas em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/indicadores/>.

com ensino superior: 48% mencionaram realizar esse tipo de atividade na rede. Depois desse período, as proporções se mantiveram praticamente estáveis, mas superiores às registradas anteriormente (Gráfico 26).

Gráfico 26 – Usuários de internet que realizaram cursos na modalidade a distância nos 12 meses anteriores à pesquisa

Total de usuários de internet



Fonte: CGI.br. Pesquisa TIC Domicílios. Elaboração própria.

De acordo com um estudo realizado em 2020 para mensurar o uso de tecnologias digitais durante a adoção de modalidades emergenciais de ensino remoto[8], 74% dos usuários de internet com 16 anos de idade ou mais matriculados em escolas ou universidades frequentavam, antes da pandemia de covid-19, cursos ofertados na modalidade totalmente presencial, 15% cursos híbridos – ofertados por meio da modalidade presencial, mas com aulas e atividades a distância – e 12% cursos totalmente a distância. No entanto, em 2020, durante a pandemia, 87% afirmaram que as aulas ou atividades educacionais haviam passado a ser ofertadas por meio de aulas ou atividades remotas.

Além disso, 35% dos usuários de internet com 16 anos de idade ou mais frequentavam cursos livres a distância. Do total de indivíduos que participavam desses cursos, 71% frequentavam cursos de formação e aperfeiçoamento profissional, 44% cursos de entretenimento e lazer, 40% cursos de idiomas, 26% cursos preparatórios para exames e concursos e 13% cursos pré-vestibular. Três quintos dos usuários de internet (59%) que frequentavam esses cursos afirmavam terem os iniciado durante a pandemia de covid-19.

A ampla disseminação de tecnologias digitais na sociedade e a expansão de plataformas, aplicações e ferramentas para a realização de atividades remotas disponíveis geraram novos espaços de acesso às atividades educacionais depois da pandemia. Embora tenha havido crescimento de oportunidades educacionais durante esse período e depois, elas ainda não estão disponíveis para toda a população.

A história da modalidade a distância apresenta muitos exemplos de sua relevância na expansão de acesso à educação para grupos vulnerabilizados, como na alfabetização e educação de jovens e adultos que não puderam

8 CGI.BR–Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Painel TIC COVID-19**: Pesquisa sobre o uso da Internet no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus–3ª edição: Ensino remoto e teletrabalho. 2020. Disponível em: <https://cetic.br/pt/publicacao/painel-tic-covid-19-pesquisa-sobre-o-uso-da-internet-no-brasil-durante-a-pandemia-do-novo-coronavirus-3-edicao/>. Acesso em; 25 jun. 2025.

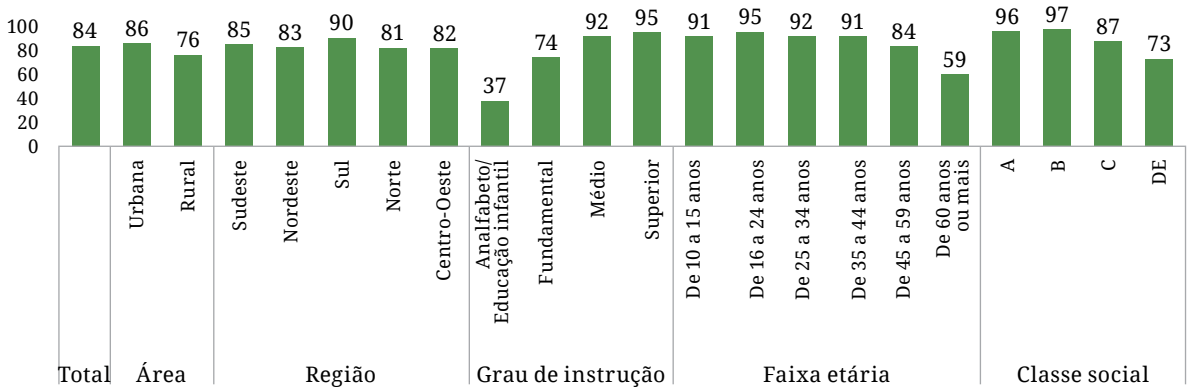
frequentar a escola na idade certa, na oferta de cursos profissionalizantes e na oportunidade de acesso à educação para estudantes hospitalizados, internos em instituições responsáveis por medidas socioeducativas, entre outros casos. Tais iniciativas ocorriam especialmente por meio de correspondência, rádio e televisão[9].

Entretanto, os dados coletados pela pesquisa TIC Domicílios evidenciam que a participação em cursos na modalidade a distância baseados em tecnologias digitais, principalmente que dependem de conexão à internet, ocorre com mais frequência por outros grupos populacionais. De acordo com os indicadores da edição 2024 da pesquisa, os indivíduos que reportam com mais frequência participar de cursos a distância são aqueles que residem em áreas urbanas (19%), com idade entre 16 a 44 anos – especialmente entre 16 e 24 anos (27%) –, com renda superior a cinco salários mínimos (32% entre os indivíduos com renda maior do que cinco salários mínimos até dez salários mínimos e 51% entre aqueles com renda maior do que dez salários mínimos) e pertencentes principalmente à classe B (38%).

O fato de grande parte dos cursos de educação regular na modalidade a distância serem ofertados para o ensino superior pode ser um fator condicionante para o perfil de estudantes que participam de tais cursos, uma vez que desse grupo não fariam parte as crianças e os adolescentes e a parcela da população que não está matriculada em cursos universitários.

Outro fator a ser considerado diz respeito às desigualdades de acesso à internet e às tecnologias digitais no país, o que dificultaria a participação de indivíduos de determinados grupos sociodemográficos em iniciativas baseadas em tais recursos. Ainda que a proporção de indivíduos com 10 anos de idade ou mais com acesso à internet tenha crescido nos últimos 10 anos – de 58%, na edição de 2015 da pesquisa, para 84%, na edição de 2024 –, ainda é possível observar desigualdades relevantes, especialmente em áreas rurais (76%), entre os indivíduos com menores níveis de escolaridade (37% entre os indivíduos analfabetos e 74% entre os indivíduosecom até o ensino fundamental), pertencentes às classes D e E (73%) e com idade superior a 60 anos (59%) (Gráfico 27). Em números absolutos, 29 milhões de pessoas com 10 anos de idade ou mais no Brasil não são usuárias de internet.

Gráfico 27 – Usuários de internet – Total da população (%)



Fonte: CGI.br. Pesquisa TIC Domicílios. Elaboração própria.

Ademais, os dados evidenciam a existência de desigualdades até mesmo entre os indivíduos que já estão conectados. Em 2024, foi lançado um estudo que analisa o acesso da população às tecnologias digitais levando-se

9 MOORE, M. **Educação a distância**: uma visão integrada. Boston, EUA: Cengage, 2007.

em conta o marco conceitual de conectividade significativa[10], que analisa a qualidade da conexão e para condições de acesso. De acordo com esse conceito, para que se possa compreender as diferenças de oportunidades entre os usuários de internet, é necessário considerar quatro dimensões principais: i) a acessibilidade financeira – o custo da conexão e as condições do plano de acesso móvel; ii) a diversidade de dispositivos de acesso à rede; iii) a qualidade da conexão, e iv) o ambiente de uso – como a frequência e a diversidade de locais de uso. Se considerados esses aspectos, apenas 22% da população brasileira com 10 anos de idade ou mais teriam acesso a uma conectividade significativa.

Compreender os contextos de acesso e uso de tecnologias digitais pelos diferentes grupos sociais é de grande relevância para que se possa planejar ações de expansão de acesso a iniciativas qualitativas e inclusivas de educação, especialmente na modalidade a distância.

A modalidade EAD na formação continuada de professores de educação básica

A compreensão quanto à diversidade de realidades entre os indivíduos tem relevância ainda maior quando se trata de políticas públicas. Esse é o caso, por exemplo, da oferta de oportunidades de desenvolvimento profissional contínuo para professores de educação básica. De acordo com os indicadores coletados pela pesquisa TIC Educação[11], 56% dos professores que lecionavam em escolas de ensino fundamental e médio haviam participado de iniciativas de formação continuada sobre a adoção de tecnologias digitais em atividades de ensino e de aprendizagem nos 12 meses anteriores à realização da pesquisa – 50% entre os professores que lecionavam em escolas da rede municipal, 63% entre aqueles que lecionavam em escolas da rede estadual e, 50%, em escolas da rede privada (Gráfico 28).

Segundo os docentes que lecionavam em escolas municipais (42%) e estaduais (49%), as iniciativas de formação das quais participaram foram oferecidas por um órgão governamental, como a Secretaria de Educação, por exemplo, e apenas 14% dos professores da rede municipal e 13% dos professores da rede estadual disseram ter pagado pelas iniciativas de formação com recursos próprios.

Já entre os professores que lecionavam em escolas privadas, 38% haviam participado de formações oferecidas pela própria escola. No entanto, os docentes dessas instituições (30%) mencionam também com maior frequência dos que os docentes de escolas públicas (12%) o acesso a formações oferecidas por empresas privadas.

Já as instituições de ensino superior são citadas por professores de escolas públicas e privadas em proporções bastante semelhantes – 17% entre os docentes de escolas municipais, 22% entre os docentes de escolas estaduais e 20% entre os docentes de escolas privadas – o que evidencia a relevância das IES para o desenvolvimento das políticas implementadas na educação básica.

Do total de docentes, 48% afirmaram que as iniciativas das quais participaram foram ofertadas por meio da modalidade a distância, 24% que as iniciativas foram ofertadas presencialmente e 23%, de forma híbrida, sendo parte presencialmente e parte a distância. A participação em atividades presenciais de formação foi citada com maior frequência entre os professores que lecionavam em escolas privadas (32%), enquanto a participação em atividades a distância foi mais frequentemente mencionada pelos professores que lecionavam em escolas estaduais (54%). Observam-se também diferenças nas proporções para professores que lecionavam em escolas localizadas em áreas urbanas – 51% haviam participado de formações ofertadas na modalidade a distância – e rurais – 30%

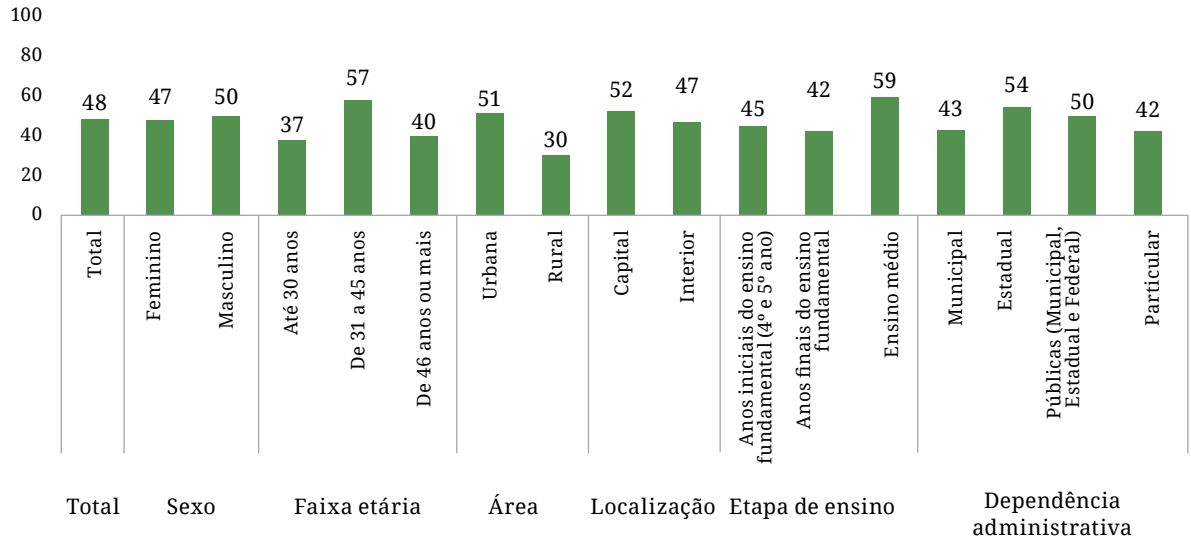
10 CGI.BR–Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Conectividade significativa**: propostas para medição e o retrato da população no Brasil. 2024. Disponível em: <https://cetic.br/pt/publicacao/conectividade-significativa-propostas-para-medicao-e-o-retrato-da-populacao-no-brasil/>.

11 As tabelas de indicadores da pesquisa TIC Domicílios podem ser acessadas em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/educacao/indicadores/>.

haviam participado desse tipo de formação. Docentes com idade entre 31 e 45 anos também citaram com mais frequência a participação em iniciativas a distância.

Gráfico 28 – Professores, por realização de formação continuada na modalidade a distância nos 12 meses anteriores à realização da pesquisa

Total de professores que lecionam para escolas de ensino fundamental e médio (%)



Fonte: CGI.br. Pesquisa TIC Educação. Elaboração própria.

Videoaulas são o principal tipo de atividade de formação das quais participaram (46%), seguidas de cursos com mediação de professores ou tutores (41%) e de cursos autoinstrucionais, sem mediação de professores ou tutores (31%). Tais dados evidenciam que grande parte dos cursos ofertados se baseava na flexibilidade de participação, possivelmente podendo ser acessada de forma assíncrona, porém, exigia maior autonomia dos docentes para gerir a própria aprendizagem.

O fato de os professores no geral fazerem parte de uma parcela da população com maior acesso a tecnologias digitais – 100% dos docentes são usuários de internet, 98% possuem computador em domicílio, sendo que 95% contam com ao menos um computador portátil – oferece oportunidades para que acessem iniciativas de desenvolvimento profissional baseadas em tecnologias digitais. Quando questionados sobre as formas de acesso à autoformação ou à formação em serviço utilizadas para se atualizar sobre o uso de tecnologias digitais, 95% dos docentes mencionam que aprendem sozinhos, sendo que 93% afirmam aprender por meio de vídeos e tutoriais *on-line*.

Apesar desses dados, é possível observar aspectos de heterogeneidade entre os professores, como características sociodemográficas, culturais e de habilidades no uso das tecnologias digitais, que precisam ser levados em conta na elaboração de cursos de formação inicial e continuada ofertados na modalidade a distância, especialmente quando objetivam fornecer aos docentes orientações sobre a adoção de recursos digitais nos processos de ensino e de aprendizagem[12]. É importante que essas iniciativas sejam planejadas para estimular as capacidades dos docentes, por meio de ferramentas que permitam maior interação, participação e reflexão

12 LITTO, F. M.; FORMIGA, M. **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson, 2008. v. 1.

crítica, desenvolvendo entre os docentes competências que serão relevantes em sua prática pedagógica e na interação com os estudantes[13].

Sobre a autora

Daniela Costa é doutora em Educação e mestre em Comunicação e Semiótica, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Graduada em Linguística e Literatura, especialista em *Design* Instrucional e em Planejamento, Implementação e Gestão de Tecnologias na Educação. Pesquisadora das áreas de educação, desenvolvimento humano e tecnologias digitais, atuou também na elaboração de cursos de formação para educadores e em projetos sobre cidadania digital e alfabetização midiática e informacional (MIL). Atualmente coordena a Pesquisa TIC Educação, no Cetic.br | NIC.br.

13 VALENTE, J. A.; ALMEIDA, M. E. B. (Orgs.). **Formação de educadores a distância e integração de mídias**. [S.l.]: Avercamp. 2007

inter saberes | play

TRANSFORME O JEITO DE ENSINAR E DE APRENDER

A Intersaberes Play oferece mais de 100 mil conteúdos educacionais para construir uma jornada de desenvolvimento personalizada.

- ***+1.800*** disciplinas em mais de 50 áreas do conhecimento
- ***+2.200*** e-books escritos por especialistas
- ***+75 mil*** questões para avaliação, organizadas por nível e disciplina
- ***+56 mil*** flashcards para treino e revisão de conhecimentos
- ***+340*** possibilidades de matrizes para graduação, pós-graduação e técnico
- Integração com os principais LMS do mercado

Com a Intersaberes Play, o conhecimento está sempre ao alcance para potencializar a experiência ensino-aprendizagem.

ENSINO SUPERIOR E TÉCNICO COM

+ CONTEÚDO
+ GESTÃO
+ ESTRATÉGIA

Construa uma jornada educacional flexível, atualizada e eficiente.
O acervo da Intersaberes Play reúne conteúdos prontos para enriquecer matrizes de cursos, apoiar docentes e ampliar as ofertas da sua instituição.

A navegação em nosso streaming é simples e intuitivo, integrável com os principais ambientes virtuais de aprendizagem permitindo que professores, gestores e estudantes tenham acesso ao conteúdo onde for mais conveniente.

Os temas abrangem diversas áreas do conhecimento

- Administração
- Engenharia
- Letras
- Computação
- Enfermagem
- Marketing
- Direito
- Economia
- Educação
- Gastronomia

SAIBA MAIS

intersaberes.com

intersaberesplay

inter saberes | play

MAIS AUTONOMIA, AGILIDADE E PERFORMANCE PARA SUA EQUIPE

Capacite seus colaboradores com uma plataforma que acompanha o ritmo acelerado do mercado.

Na Intersaberes Play, sua empresa deixa para trás treinamentos ultrapassados, oferecendo um streaming de conteúdos flexível e adaptado às necessidades reais dos colaboradores.

Reunindo conteúdos cuidadosamente elaborados por mais de 4 mil especialistas, seus colaboradores podem aprimorar as habilidades técnicas e comportamentais continuamente.

A plataforma reúne

- +58 mil videoaulas atualizadas e relevantes
- +2 mil e-books que complementam o aprendizado
- +56 mil flashcards para fixação rápida e eficiente dos conteúdos

Com recursos que estimulam a autonomia, a agilidade e a performance, a Intersaberes Play transforma o aprendizado em um diferencial competitivo para sua empresa.

SAIBA MAIS

intersaberes.com

intersaberesplay